

**Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**

**Esquerda e Forças Armadas no Brasil do Pós-Guerra Fria**

**Roselene Aparecida Paschoalino**

**São Carlos – SP  
2004**

# **Esquerda e Forças Armadas no Brasil do Pós-Guerra Fria**

Roselene Aparecida Paschoalino

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Sob a orientação do Prof. Dr. João Roberto Martins Filho e banca examinadora composta por Piero de Camargo Leirner e Samuel Alves Soares.**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P279ef

Paschoalino, Roselene Aparecida.

Esquerda e Forças Armadas no Brasil do Pós-guerra fria / Roselene Aparecida Paschoalino. -- São Carlos : UFSCar, 2006.

109 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Forças Armadas. 2. Partido Comunista do Brasil - PCdoB. 3. Soberania. 4. Pós-guerra fria. I. Título.

CDD: 358.4 (20<sup>a</sup>)

À minha mãe Maria Lucia, a pessoa mais importante da minha vida.

*“Sonhar mais um sonho impossível*

*Lutar onde é fácil ceder*

*Vencer o inimigo invencível*

*Negar quando a regra é vender”.*

**(J. Darrion/ M. Keigh)**

## **Agradecimentos**

*“Devo uma canção ao companheiro,  
ao companheiro de perigo, ao da vitória  
Ihe devo uma canção de canto novo  
uma bandeira comum que tremula com a história”*

*(Silvio Rodriguez)*

Meu agradecimento ao professor João Roberto Martins Filho, pela orientação e pela oportunidade.

Ao Professor Piero de Camargo Leirner pelas valiosas contribuições e apoio no exame de qualificação.

À Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), assim como ao arquivo Ana Lagôa, pela infra-estrutura e facilidades proporcionadas.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais, em especial à professora Maria Inês, pela amizade e estímulo e à professora Maria da Glória pela confiança e consideração a mim dedicadas.

À Ana, Claire e Derci, pela dedicação e carinho oferecidos à todos os alunos do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Ao Comitê Central e ao Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, ao Deputado Aldo Rebelo e sua assessoria, assim como ao Professor Gentil (militante do PC do B) pela presteza e esforço em me auxiliar.

Minha profunda gratidão a Rinaldo meu irmão, companheiro e amigo, que me ajudou em vários momentos deste trabalho e de tantos outros. Aqui fica registrado também

meu profundo agradecimento a Deus pela minha alegria, minhas sobrinhas Letícia e Katherine na esperança de que elas nunca se esqueçam de quanto eu as amo.

Muito devo a meu pai Moacir e a minha mãe Maria Lucia, a mulher mais forte que conheço, só posso agradecer por sempre estar ao meu lado, principalmente nos momentos mais difíceis, a ela toda minha gratidão, respeito e amor.

A todos aqueles que, apesar de não citados nominalmente estão na minha memória e em meu coração. Enfim, minha mais profunda gratidão aos que acreditaram em mim, e me foram fiéis. Agradeço àqueles que de forma direta ou indireta ajudaram para que este trabalho fosse realizado da melhor maneira possível, muito obrigada meus amigos!

## Sumário

<b>A pesquisa</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I: O Partido Comunista do Brasil e a questão das Forças Armadas</b>	<b>9</b>
O PC do B e a revolução antes de 1964	17
O PC do B e o regime militar	20
O PC do B depois da Guerra Fria	24
A Soberania Nacional e as Forças Armadas para o Partido Comunista do Brasil	31
<b>Capítulo II: As Forças Armadas e a nação</b>	<b>39</b>
As Forças Armadas e o mito da nação	41
O papel das Forças Armadas na política brasileira	45
O golpe de 1964 e o Inimigo Interno	64
As Forças Armadas e o Comunismo: a Doutrina de Segurança Nacional	67
As Forças Armadas e o Comunismo: o Araguaia	71
As Forças Armadas e os Estados Unidos da América sob a Guerra Fria	81



## Resumo :

No Brasil dos anos noventa, não é raro encontrar uma aparente aproximação de pontos de vista de membros de partidos de esquerda, por um lado, e chefes militares por outro, quando se trata da necessidade de fortalecer a soberania nacional e de defender a Amazônia. Com efeito, é às vezes difícil distinguir o discurso da esquerda do discurso militar sobre a defesa nacional. Repetidas vezes a esquerda brasileira tem saído em apoio das reivindicações militares e, por sua vez, os militares reconhecem o apoio dos parlamentares de esquerda, conferem-lhes condecorações militares e até mesmo defendem, como vimos recentemente, o nome de um desses parlamentares para o Ministério da Defesa, como foi o caso do deputado federal pelo PC do B – SP, Aldo Rebelo, afinal escolhido para líder do Governo Lula na Câmara dos Deputados. Tal aproximação, só parece possível no quadro das transformações ocorridas a partir do final dos anos oitenta: o avanço da globalização, o colapso do socialismo, o fim da União Soviética e da ameaça comunista e o surgimento dos Estados Unidos como única superpotência. No entanto, essa possível convergência entre esquerda e Forças Armadas, mesmo que nas questões de defesa nacional e preservação da soberania, é tema bastante polêmico, por se tratar de dois atores que, no passado recente, chegaram ao confronto armado. Isto fica claro especificamente no episódio da Guerrilha do Araguaia (1972 – 1975).

Contudo, na atualidade é interessante destacar a preocupação de ambos esses atores com o papel que os Estados Unidos estariam tentando impor às Forças Armadas, de países como o Brasil, procurando transformá-las em Guardas Nacionais ou em simples milícias.

Dessa forma, é na oposição aos Estados Unidos como única potência mundial e na defesa da soberania nacional que se dá a aproximação entre esquerda e Forças Armadas nos

quadros do pós-Guerra Fria. Enfim, tal convergência só se torna possível no contexto da moderação desses dois atores, depois do fim do comunismo.

## **Introdução**

Ao dar início a essa dissertação, gostaria de deixar claro que, durante o seu desenvolvimento, muitas foram as dificuldades encontradas, devido, principalmente, a carência de trabalhos sobre a questão aqui estudada, não em pontos isolados, mas no seu conjunto. Foi preciso, muitas vezes, recorrer à imprensa ou a documentos extra-oficiais, relacionados ao Partido Comunista do Brasil, mas principalmente aos que dizem respeito as Forças Armadas. Dessa forma, sempre tive a noção do desvio entre os discursos que vão a público na imprensa e os discursos que circulam internamente na corporação militar. No entanto, mesmo com algumas informações colhidas na imprensa ou em documentos extra-oficiais, parte, senão todas elas, acabaram sendo confirmadas em documentos reconhecidos pelos militares, como poderemos perceber.

Assim, para a realização desse estudo procurei entender como a aproximação entre esquerda e militares está se concretizando sob a égide da Nova Ordem Mundial. Esse fator me levou a examinar o impacto da Guerra Fria e conseqüentemente de seu fim, tanto sobre as correntes de esquerda, quanto sobre as Forças Armadas e, nesse quadro, as percepções sobre as novas ameaças à soberania nacional. Com isso podemos perceber que, com o advento dessa Nova Ordem Mundial, o debate sobre a necessidade das Forças Armadas e sobre o fim da díade direita - esquerda, apontaram uma mudança significativa no quadro de referências de ambos. Afinal, a crise de identidade pelo qual passou a Instituição Militar e o Partido Comunista do Brasil, devido ao fim do regime militar e ao declínio da União Soviética foi ponto importante para compreender algumas de suas atitudes. Afinal, o PC do B perdia seu referencial e as Forças Armadas seu maior inimigo.

Dessa forma, a proposta desta dissertação é analisar as relações entre esquerda e Forças Armadas brasileiras no pós-Guerra Fria, isto é, no período pós 1990, quando passou a haver uma certa aproximação desses dois setores da sociedade brasileira na temática da defesa da soberania nacional. O esforço desse trabalho será o de mostrar o conteúdo e os limites dessa aproximação, há pouco tempo impossível, entre dois atores que se defrontaram com violência no passado recente.

Portanto, o foco temporal da análise recairá, principalmente, sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Nesse período os parlamentares de esquerda passaram a sair em apoio dos pontos de vista das Forças Armadas quanto à defesa do país<sup>1</sup>. Exemplo importante disso é o do ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o deputado Aldo Rebelo (PC do B – SP)<sup>2</sup>. Por sua vez, os militares reconhecem o apoio dos parlamentares de esquerda<sup>3</sup>. Não por acaso, segundo notícias de imprensa, em conversa com o presidente eleito em 2002, “ao falarem das dificuldades, os militares aproveitaram para comentar que o maior apoio que receberam nos últimos anos no Congresso foi justamente dos parlamentares de esquerda” (O Estado S. Paulo, 09/12/2002). Após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, o deputado Aldo Rebelo passou a ser cotado para o Ministério da Defesa como o preferido pelos militares. Segundo registrou à época a jornalista Tânia Monteiro, “o Deputado Aldo Rebelo, continua tendo a

---

<sup>1</sup> É visão geral que, no período estudado, são os parlamentares de esquerda, liderados por Aldo Rebelo (PC do B – SP) e José Genoíno (PT – SP), ambos ex-presos políticos do regime militar, os que mais se preocupam com a política de defesa e com os militares.

<sup>2</sup> Aldo Rebelo foi eleito para seu quarto mandato federal, sendo eles: (1991 – 1995); (1995 – 1999); (1999 – 2003); (2003 – 2007) e foi eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 06 de março de 2002.

<sup>3</sup> O deputado Aldo Rebelo recebeu da Marinha brasileira a medalha “Mérito Tamandaré”, em 13 de novembro de 1997 e a da “Ordem do Mérito Naval”, em 10 de junho de 2003; da Aeronáutica brasileira a medalha da “Ordem do Mérito Aeronáutico”, em 23 de outubro de 2002. Além dessas medalhas recebeu também a medalha do “Mérito da Defesa” concedida pelo Ministério da Defesa, em 24 de outubro de 2002.

maior simpatia das Forças Armadas e permanece com grandes chances de ocupar o Ministério da Defesa” (O Estado S. Paulo, 09/12/2002). No entanto, como se sabe, esse desejo não foi concretizado, o que causou uma certa decepção nas três forças<sup>4</sup>.

\* \* \*

As expressões esquerda e direita surgiram no tempo da Revolução Francesa (1789) e são até hoje largamente utilizadas, sendo que naquela época, na Assembléia Nacional, os representantes do povo ocupavam os lugares à esquerda do grande auditório. Esquerda, portanto, corresponde, genericamente, a pessoas ou grupos que defendem as mudanças sociais, políticas e econômicas de base, principalmente, socialistas. Em termos gerais, direita são as pessoas ou grupos que defendem a permanência da ordem social, ou seja, que procuram impedir mudanças significativas na ordem social, política e econômica. Ao contrário, a esquerda teria compromisso histórico com a maioria da sociedade e, no caso do Brasil, com os trabalhadores, e com movimentos e idéias endereçados a um projeto de transformação social, em benefício das classes oprimidas e exploradas (GORENDER, 1987).

Norberto Bobbio, em seu livro *Direita e Esquerda*, discute esta díade depois da Guerra Fria, participando do debate sobre o suposto “fim” da esquerda com o surgimento da Nova Ordem Mundial. Para ele, tal distinção permaneceu no centro do debate político mesmo após a queda do muro de Berlim, ainda que “a esquerda de hoje não seja mais a de

---

<sup>4</sup> O deputado Aldo Rebelo foi indicado pelo presidente da República para ser o líder do governo na Câmara. Mas em janeiro de 2004 deixa de ser líder na Câmara e passa a ser o único não petista na coordenação de governo. Assume o cargo de Ministro da Articulação Política, trata-se de um ministério novo que tem o intuito de intensificar a ação do governo no Congresso, na Câmara dos deputados e no Senado.

ontem” e isso se deva ao fato de que muitos dos pressupostos em que a esquerda se apoiou, com o fim, da Guerra Fria, “perderam a validade”. No entanto, “as expressões ‘direita’ e ‘esquerda’ continuam a ter pleno curso de linguagem política. Elas persistem como palavras-chave do discurso político, preservando toda a carga emotiva com que têm sido empregadas desde a Revolução Francesa” (BOBBIO, 1995, p.38).

No Brasil, o Partido Comunista do Brasil é um exemplo raro de partido com tradição histórica, que remonta a 1922. Sua escolha neste trabalho, permitiu avaliar as mudanças e continuidades das posições da Esquerda comunista. Após a sua cisão dentro do PCB, esteve ligado à China, depois à Albânia, sempre com um forte composto stalinista, e com intenso peso doutrinário. O PC do B surgiu em fevereiro de 1962, quando houve o que sua história oficial chama de “reorganização” do Partido por meio da chamada “Conferência Extraordinária”.

O Manifesto-Programa de fundação tinha como principal objetivo um governo popular revolucionário, com um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, o que se daria pela violência revolucionária. As divergências foram acentuadas com o golpe de Abril de 1964, quando a maior parte da esquerda considerou que não seria possível chegar à revolução pelo caminho pacífico, mas sim através da luta armada, o que realmente aconteceu com a deflagração da Guerrilha do Araguaia. O Partido Comunista do Brasil dirigiu a luta guerrilheira no Araguaia entre 1972 e 1974. Para alguns estudiosos, “as forças guerrilheiras do Araguaia – FORGA- constituíram o ponto alto da vaga guerrilheira que agitou o país depois de 1964”(REIS FILHO, 1985, p. 23). Portanto, é preciso destacar a importância do PC do B na história da esquerda política do país.

No que diz respeito às Forças Armadas é certo que em nosso país os militares participam ativamente da política nacional há mais de um século, desde a Abolição e

República, até mais recentemente o regime militar, quando a corporação serviu de braço armado da direita (MORAES, 1994). Porém, na Nova Ordem Mundial as Forças Armadas parecem ter perdido esse papel, abaladas pelos efeitos da globalização sobre o conceito de soberania nacional e nos quadros da democratização do país. Com o fim da Guerra Fria tanto a esquerda como as Forças Armadas parecem ter tido suas características políticas abaladas. Tudo indica que, esse abalo acabou por aproximar conjuntamente esses atores.

## **A Pesquisa**

Essa pesquisa se propôs analisar as relações entre a esquerda - principalmente o PC do B - e as Forças Armadas, com ênfase, nos anos 90. No plano histórico, procuramos investigar a posição do Partido Comunista do Brasil em relação às Forças Armadas brasileiras, as questões nacionais e a defesa da soberania. Isto foi feito, principalmente, por meio da leitura de documentos do PC do B desde a década de sessenta até os tempos atuais, como é o caso do Programa Socialista e do Estatuto do Partido, que datam de 2002, com o objetivo de elaborar uma cronologia analítica dos movimentos de aproximação ou tensão entre as Forças Armadas e a esquerda brasileira.

Um segundo procedimento metodológico foi a análise histórica das relações das Forças Armadas brasileiras com os Estados Unidos da América durante a Guerra Fria e no período atual, assim como sua relação com a esquerda. Outro, procedimento, não menos importante, foi a análise de textos programáticos ou estratégicos, da esquerda e das Forças Armadas. Isso permitiu entender até onde vai a aproximação entre as duas forças, no campo das idéias basicamente em torno da soberania nacional e da defesa da Amazônia.

A partir desses procedimentos de análise das relações políticas concretas e das perspectivas ideológicas, o trabalho propôs a compreensão das potencialidades e limites da

aproximação em pauta. Assim, cremos estar trazendo uma fonte nova de informações para os estudiosos tanto da esquerda quanto das Forças Armadas. Obviamente a amplitude do tema não permitiu uma análise aprofundada, o que poderá ser feito em outras análises. Preocupe-me em apresentar o tema e as respectivas conclusões de forma isenta. Assim, não considerarei o esforço perdido se a presente dissertação ao menos puder servir de base a novas pesquisas na área das Ciências Sociais.



## - Capítulo I -

### **O Partido Comunista do Brasil e a questão das Forças Armadas**

“Não é, pois, nem um pouco supersticioso, e sim até um sinal de realismo, procurar pelo imprevisível e pelo imprezível [...] na dimensão da política”.

**Hannah Arendt**

Com o objetivo de melhor compreender a especificidade das posições do PC do B sobre as Forças Armadas, hoje, começaremos este capítulo com a história do partido. O Partido Comunista do Brasil (PCB) nasce em março de 1922 no Rio de Janeiro, momento do auge, no país, das repercussões geradas pela Revolução Soviética de 1917. O ano de fundação do partido foi de extrema importância para a história do Brasil, que passava por uma efervescência cultural e acima de tudo social. Em São Paulo acontecia a Semana de Arte Moderna e no Rio de Janeiro a eclosão da primeira das revoltas do ciclo tenentista. O Partido Comunista no Brasil teve como fundadores: Manuel Cedón, Joaquim Barbosa (ambos alfaiates), Astrojildo Pereira (jornalista), João da Costa Pimenta (gráfico), Luís Peres (operário), José Elias da Silva (funcionário público), Hermogêneo Silva (eletricista), Abílio de Nequete (barbeiro) e Cristino Cordeiro (funcionário público). Segundo um historiador do Partido, a fundação contou com:

“Nove intelectuais que se reuniram nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922 nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, representando 73 comunistas organizados em São Paulo, Recife, Porto Alegre, Niterói, Rio de Janeiro e Cruzeiro, além de Santos e Juiz de Fora, que não puderam mandar delegados” (VINHAS,1982, p.6).

Nessa época a idéia de um Partido Comunista no Brasil incomodava muitas pessoas. Com apenas quatro meses de vida, em julho, o partido é posto na ilegalidade jurídica, no contexto do Estado de Sítio decretado depois da Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana (1922), que deu origem a um “ciclo de rebeldia tenentista”, cuja última manifestação foi a revolução de 35, esse “ciclo” ficou conhecido como Intentona Comunista. Marly Vianna deixa claras as características militares desses movimentos:

“Para exemplificar, lembramos as *principais* tentativas golpistas, entre as inúmeras ocorridas de 1922 a 1935, todas elas levadas adiante pelo mesmo espírito tenentista que norteou os levantes de novembro de 1935: a 5 de julho de 1922, levantaram-se os Dezoito do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, marcando o início das revoltas dos jovens militares; em 1924, ao levante em São Paulo, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, somava-se o de várias unidades militares do Rio Grande do Sul, cuja luta consolidou-se sob o comando de Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, dando início à Coluna Invicta, que percorreu 25 mil quilômetros pelo Brasil adentro, até fevereiro de 1927. Ainda em 1924, houve revoltas na Marinha [...]. Em 1925, nova tentativa de golpe militar no Rio, quando um grupo de oficiais comandado por Jansen de Melo tentou tomar o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha – o mesmo que se rebelaria dez anos depois. Em outubro de 1930 a ‘revolução’ que levou Getúlio ao poder foi principalmente um movimento militar, dessa vez estendido a todo o país e com a ativa participação dos tenentes rebeldes. Em 1931, o levante do 21º BC, à época sediado em Recife, foi protagonizado por um grupo de militares que convidara Luiz Carlos Prestes para chefiar o motim” (VIANNA, 1992, p. 31).

Enfim, ainda segundo Vianna (1992, p.31) “os golpes de novembro de 1935, embora com as características regionais bem diferenciadas, inserem-se integralmente na tradição de conspirações e quarteladas que caracterizaram a mentalidade e a ação política da sociedade brasileira da época”.

Mesmo vivendo na ilegalidade o partido, em seus primeiros nove anos de existência, realizou três Congressos Nacionais. Depois do fracasso do levante de 35 os comunistas sofreram intensa repressão. Em 1945, a democratização cria uma nova geração de partidos políticos, e o Partido Comunista alcança breve legalidade, que dura pouco mais de dois anos. “Conquistada uma situação de legalidade em 1945, excepcional em sua trajetória histórica, o PCB se iludiu pela aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do Eixo nazifascista e a deflagração da Guerra Fria” (GORENDER, 1998, p. 22).

Segundo *Combate nas Trevas*, obra que trata das organizações de esquerda e da luta armada no Brasil durante os anos 60 e 70, no período de 1946 a 1964 o PCB iria representar a principal força de esquerda de inspiração marxista, pois:

“dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas antiimperialistas. Servia de referencial de todas as organizações de esquerda” (GORENDER, 1998, p. 22).

Em 1947, o Partido Comunista teve seu registro cassado, sendo forçado, assim, a viver mais uma vez na ilegalidade; em 1948, teve início a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, no contexto de agravamento do autoritarismo do governo Dutra. Iniciado o segundo governo Vargas (1951-54) a direção do PCB deu uma virada à esquerda, no quadro de reação da URSS ao agravamento da guerra fria e passou a

caracterizá-lo como ‘*governo de traição nacional*’ conclamando à sua derrubada (GORENDER, 1998)<sup>5</sup>.

Após a guinada expressa pelo XX Congresso do PC da URSS (1956), onde Krushev denunciou os crimes de Stalin, uma nova mudança de linha política, expressa-se na “Declaração Política de Março de 1958”, antecipando-se ao Quinto Congresso. Na visão preponderante a partir daí, a revolução brasileira deveria ser realizada em duas etapas, a primeira deveria ser a da “revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal”; a segunda, a da revolução socialista. A revolução brasileira teria forma não violenta, “o caminho pacífico se viabiliza pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existente no País” (GORENDER, 1998, p. 34).

O Quinto Congresso do partido foi realizado em 1960. Em 1961, o PCB publicou o Programa e os Estatutos do PCB, substituindo o B de “do Brasil” pelo B de “brasileiro” a fim de se conseguir a legalização. No entanto, essa substituição se tornou inútil, o TSE negou o registro. Foi nesse momento que teve início a articulação para a cisão do partido: para os dissidentes, o partido renegara seus princípios e o novo PCB nascia como um partido revisionista (GORENDER, 1998).

Em fevereiro de 1962, consuma-se a cisão do Partido, articula-se um “protesto subscrito por uma centena de militantes” e passa-se a assumir o “verdadeiro partido comunista”, o PC do B. Segundo Marcelo Ridenti: “Líderes significativos da máquina burocrática do PC até 1960, como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar,

---

<sup>5</sup> Foi nesse período, segundo a versão do PC do B, que se percebeu a necessidade de se consolidar a via revolucionária para alcançar o poder: “No período de 1948 a 1957, foi amadurecendo em um grupo expressivo de dirigentes a compreensão da necessidade da luta pela consolidação de uma via revolucionária, marxista-leninista, para alcançar um regime capaz de atender às necessidades do povo brasileiro” (PC do B, 2002, p. 20).

(re)criaram o PC do B em fevereiro de 1962. A eles logo se agregaria aquele que muitos consideram o dirigente brasileiro stalinista mais típico, Diógenes de Arruda Câmara”(RIDENTI, 2001, p. 3).

Passam então, a existir dois partidos comunistas no país: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) que, a partir daí, começa a se definir como “o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado’ em 1962” (GORENDER, 1998, p. 38). Na versão partidária oficial, em documento recente, o PC do B afirma: “A reorganização do partido em 1962 correspondeu à reafirmação do partido como uma necessidade histórica e refletiu o estágio alcançado pela luta de classes no Brasil. Ela fortaleceu o caráter revolucionário da organização política dos comunistas brasileiros” (PC do B, 2002a, p. 21).

Voltando a 1962, em seguida o Partido Comunista do Brasil convocou a Conferência Nacional Extraordinária, sendo aprovado o “Manifesto Programa”, que apresentava como principal objetivo a conquista de um governo popular revolucionário. Este era entendido como um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, que seria alcançado pela violência revolucionária. Manteve-se a idéia das duas etapas da revolução.

Em 1963, no clima da cisão do movimento comunista mundial, o Partido Comunista do Brasil adere à ideologia maoísta, alinhando-se ao PC chinês, o qual por sua vez, passou a reconhecer o PC do B como:

“partido-irmão e principal interlocutor no Brasil. Foi no período do imediato pós-golpe que o Partido Comunista do Brasil ganhou destaque, desde seu surgimento em 1962, se manteve na linha ortodoxa,

isto é, a favor da luta armada para se chegar ao poder tendo enviado, entre 1964 e 1966, três turmas para formação política e militar na China” (RIDENTI, 2001).

Nessa época o partido havia se fortificado com a transferência de numerosos militantes do PCB e ativistas das então extintas Ligas Camponesas, que eram contra ao caminho pacífico. As divergências com o PCB foram acentuadas com o golpe de abril de 1964, que, na visão do PC do B, confirmou o fracasso do caminho pacífico para a revolução no Brasil.

No entanto, havia várias outras forças de resistência ao golpe de 1964, que se constituíram a partir de 1966, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Popular Marxista-Leninista (APML), Organização Revolucionária Marxista – política Operária (POLOP), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – PALMARES), entre outras, diferenciando-se apenas pelo tipo de guerrilha a ser adotada, porém unânimes na crítica à revolução por meio do caminho pacífico.

Em 1969, o PC do B apresenta a Resolução do Comitê Central: “Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil”. É nesse documento que fica ainda mais clara a idéia do partido de alcançar o poder através da luta armada, sendo definidas a estratégia e as táticas a serem adotadas para a tomada do poder político. Em 1967, o PC do B instala na região do Araguaia<sup>6</sup> seus primeiros militantes. Cinco anos depois, começam os combates na região. Essa região foi escolhida segundo os ensinamentos de Mao Tsé-tung. O fim da guerrilha se deu efetivamente entre janeiro e março de 1974, com cerca de 76 guerrilheiros

---

<sup>6</sup> Ver: Paschoalino, Roselene Ap. *A Guerrilha do Araguaia: um estudo da doutrina e das Operações das Forças Guerrilheiras*. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal de São Carlos. 2000.

mortos, “sendo 59 militantes do PC do B e 17 recrutados na região” (GORENDER,1998, p. 235). O fracasso da Guerrilha provocou intensos debates no partido, que perdeu dirigentes importantes, o que abalou profundamente sua base. A intervenção repressiva por parte das Forças Armadas desarticulou o PC do B e o deixou “desprovido de direção nacional atuante no Brasil até 1980” (GORENDER,1998, p. 241). A guerrilha do Araguaia foi “considerada pela ditadura militar brasileira como seu principal desafio político-militar, o que a fez desencadear uma repressão brutal sobre os guerrilheiros e sobre o PC do B” (RIDENTI, 2001, p. 4).

Marcelo Ridenti afirma que a recuperação parcial do Partido Comunista do Brasil só se deu graças à Ação Popular (AP), cuja maioria se uniu ao partido principalmente em 1973:

“O PC do B só pode se recuperar organicamente da derrota, em grande parte, devido à adesão ao Partido da maioria dos membros da Ação Popular (AP), grupo de origem cristã que se convertera ao maoísmo, aproximando-se ao PC do B. Em 1973, os egressos da AP comporiam cerca da metade do novo Comitê Central do PC do B” (RIDENTI, 2001, p. 4).

Na segunda metade da década de 1970, os militantes do Partido Comunista do Brasil participaram da luta pela anistia e pela Constituinte. Depois de 1979, com a conquista da anistia, o PC do B “passou a viver um período de semilegalidade e, em 1985, iniciou o período mais longo de legalidade que jamais viveu” (PC do B, 2002, p. 24). O partido procurou ser atuante na campanha das Diretas Já, embora ainda enfraquecido com o que sofreu durante o regime militar. Em seguida, “o Partido apoiou a vitoriosa candidatura oposicionista de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Com o fim da ditadura, finalmente

legalizado em 1985, o PC do B levou cinco deputados federais ao Congresso Constituinte, eleito em 1986”(RIDENTI, 2001, p. 4).

Contudo, um dos maiores desafios pelo qual o partido passou, segundo os próprios militantes, foi a derrocada do socialismo no Leste europeu o que abalou a ideologia socialista em todo o mundo. Segundo os próprios documentos partidários, “a repercussão mundial dessa derrota foi desastrosa” (PC do B, 2002, p. 25). Num primeiro momento, conforme Ridenti, o PC do B afirmou não ter sido “diretamente atingido pelas transformações no Leste Europeu”, afinal o partido “encontrava na Albânia socialista o principal símbolo da perenidade de seus ideais, de resistência ao revisionismo”. No entanto, logo esta teve o mesmo fim dos demais países do “Leste Europeu e o Partido Comunista do Brasil acabou ficando desorientado com os acontecimentos na Albânia [...]. O partido foi, então, nitidamente atingido pela crise” (RIDENTI, 2001, p. 8).

No que nos interessa mais diretamente neste trabalho, foi a partir da década de 90 que o partido assumiu como principal bandeira de ação a luta contra o neoliberalismo e a defesa da soberania nacional. Conforme os documentos partidários: “Na atualidade o PC do B se empenha para unir o povo e a oposição com o objetivo de impedir a continuidade da era neoliberal de FHC e conquistar um novo rumo para o Brasil” (PC do B, 2002, p. 26).

Como já dissemos, a derrocada do socialismo atingiu profundamente o PC do B, principalmente depois do fim do socialismo na Albânia. No entanto, a nova situação não modificou a “convicção do PC do B de que é a vanguarda política da classe operária brasileira, tomada como agente principal da transformação revolucionária em direção à ditadura democrática do proletariado”(RIDENTI, 2001, p. 22). Ainda segundo Ridenti (2001), o PC do B conseguiu superar a crise gerada pela derrocada do chamado socialismo real. Nas eleições de 1994 para o Congresso Nacional o partido elegeu dez deputados



federais o que indicava que “no século XXI, ainda pode haver lugar na sociedade brasileira para um partido comunista nos velhos moldes da III Internacional”(RIDENTI, 2001, p. 25).

Fato que pode ser confirmado com os resultados das eleições seguintes: em 1998, foram eleitos sete deputados federais e em 2002 o Partido Comunista do Brasil atingiu a marca mais significativa dos últimos tempos - doze deputados federais, além da vitória nas urnas do candidato apoiado pelo partido a presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

Com esse breve histórico do Partido Comunista do Brasil podemos passar para a análise de alguns de seus documentos, com o fim principalmente de compreender as visões históricas do partido sobre as Forças Armadas.

#### **O PC do B e a revolução antes de 1964**

Como vimos, o “Manifesto-Programa” (1962), pregava um governo popular revolucionário sob um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, que chegaria ao poder através da violência revolucionária. Neste documento, indica-se o caminho da revolução, que seria nacional, democrática e antiimperialista. Em 1962, antes, portanto, da instauração do regime militar, o governo era acusado pelos comunistas de “reacionário” e criticado por “iludir as massas” e por se contrapor às “aspirações populares e à completa independência nacional” (1962, p. 17). Segundo o partido, mesmo com a troca de governantes no poder essa situação não era revertida, até no que se referia as “questões de interesse nacional”. Para os comunistas: “os governantes não solucionam as questões de interesse nacional que precisam ser urgentemente enfrentadas. Entram e saem governos e a situação não se altera”(1962, p. 11).

As principais críticas dos comunistas neste documento recaem sobre o aumento da dívida externa, a exploração dos operários e camponeses e a falta de trabalho: “isto se verifica devido à espoliação do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas” (1962, p. 13). Para o partido, “o imperialismo, o latifúndio e os grupos monopolistas da burguesia são, por conseguinte, os principais entraves ao progresso da Nação e à conquista do bem-estar do povo” (1962, p. 15).

Ainda segundo o documento, “a unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro” (1962, p. 23). Dessa maneira, a essência da estratégia do partido, definida nesse documento, é a conquista de um governo popular revolucionário através da luta armada, mais especificamente, da guerra popular. Trata-se de uma revolução de libertação nacional. Dessa forma, em 1962, os comunistas pretendiam livrar a sociedade brasileira de suas contradições principais: o imperialismo e o latifúndio. A revolução brasileira vista pelo PC do B será antiimperialista e anti-latifundiária, nacional e democrática.

“O Partido Comunista do Brasil, que se orienta pelo marxismo-leninismo e que se objetiva o socialismo e o comunismo, considera que, na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio, governo de liberdades e bem-estar para as massas” (1962, p. 19).

Segundo o partido, “a luta por um governo popular revolucionário, por um novo regime, não é somente uma necessidade para salvar o país, como também um direito sagrado do povo” (1962, p. 21).

No que diz respeito às alianças políticas, o Partido Comunista do Brasil afirma ser imprescindível

“que todos os que desejam mudar o atual estado das coisas se congreguem estreitamente. Os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e com outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário” (1962, p. 23).

Em relação às Forças Armadas, antes do advento do regime militar, o PC do B, as via como as maiores interventoras nos acontecimentos políticos do país, sufocando os movimentos populares, e denunciava que parte dos impostos cobrados dessa população “sufocada” era voltado para a manutenção das Forças Armadas:

“As Forças Armadas intervêm nos acontecimentos políticos para sufocar os movimentos populares e defender as classes abastadas. O peso dos impostos para sustentar o aparelho burocrático, policial e militar, em contínuo crescimento, recai nos ombros dos trabalhadores e dos pequenos e médios produtores” (1962, p. 16).

## **O PC do B e o regime militar**

No ano da instauração do regime militar, mais precisamente quatro meses depois do golpe, o partido publicou o documento intitulado “O Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, onde se afirmava que “o governo chefiado por Castelo Branco” era um “governo contra o povo e a serviço dos monopolistas ianques”(1964, p. 47). E acrescentava:

“lidera o novo governo um punhado de militares de alta patente que têm como centro a Escola Superior de Guerra, fundada por inspiração do Pentágono. Desde a sua criação, esta Escola vem elaborando, com a ajuda de técnicos norte-americanos e de reacionários brasileiros, todo um programa de administração do país calcado nas idéias dos monopolistas dos Estados Unidos. Tal programa abarca tanto questões econômicas e financeiras como política interna e externa” (1964, p. 47-48).

Nesse quadro, os comunistas estavam cada vez mais preocupados com a situação do país, certos de que a dependência frente aos Estados Unidos havia se acentuado depois da tomada do poder pelos militares: “em situação difícil e num clima de insegurança e violência vive o povo brasileiro, desde que foi desfechado o golpe militar do primeiro de abril [...] Mais acentuada se tornou a dependência do país aos monopólios norte-americanos” (1964, p. 45).

No documento os militantes do partido também destacam o caráter conservador de nossas Forças Armadas, dizem que elas sempre intervieram na história política do país, normalmente como instrumento repressor e a “serviço das classes reacionárias e do imperialismo norte-americano”:

“O principal instrumento de repressão do Estado das classes dominantes é o Exército. Em toda a história do Brasil, desde a independência, o Exército tem sido chamado para sufocar os anseios e as lutas de caráter popular e para defender a pequena minoria exploradora que domina o país. É conhecido o papel desempenhado pelo Exército na época do Império, no esmagamento das insurreições populares. Na República exceto em curtos períodos, tem predominado uma ditadura militar [...]. Nas últimas três décadas, as Forças Armadas, como sustentáculo do regime vigente, interferiram mais repetidamente na vida política do país para impedir que o povo manifestasse sua vontade” (1964, p. 59).

Em suma, segundo o PC do B, as Forças Armadas “são instituições a serviço das classes reacionárias e do imperialismo norte-americano, voltadas essencialmente contra o povo” (1964, p. 59).

Dois anos depois do golpe, o Partido Comunista do Brasil, publicou a resolução “União dos Brasileiros Para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”. Como se pode notar pelo próprio título do documento, nesse período, os comunistas do PC do B expressavam preocupações relacionadas à defesa da soberania nacional e à “ameaça neocolonialista”, representada pelos Estados Unidos. Nas palavras do próprio texto partidário constavam como pontos programáticos:

“Oposição decidida à recolonização do Brasil pelos Estados Unidos. Defesa da soberania nacional. Política externa independente [...]. Desenvolvimento independente da economia nacional. Defesa da cultura nacional [...]. Garantia das liberdades democráticas [...]. Governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas” (PC do B, 1966, p. 129).

Nos quadros da ditadura militar e da Guerra Fria, o documento de 1966 diz que as medidas postas em prática no país, como a cassação de “mandatos de parlamentares e

governadores e de direitos políticos de seus adversários”, atentados contra direitos dos cidadãos, além do incômodo da prática de uma política “econômica-financeira elaborada pelo Fundo Monetário Internacional” eram ditadas pelos Estados Unidos: “A orientação que preconizam, as soluções que apresentam e as medidas que executam são inspiradas ou ditadas por Washington” (1966, p. 115). Em seguida, afirma-se que “nunca foi tão acentuado o sentimento anti-norte-americano no Brasil”(1966, p. 121): “O imperialismo norte-americano [...] é o pior e o principal inimigo da Humanidade, o agressor mais feroz e insolente da História”(1966, p. 106).

Na nova conjuntura, a *Resolução* defendia que se devia seguir o “Manifesto Programa” aprovado na Conferência de fevereiro de 1962, no qual o próprio Partido Comunista do Brasil, como já vimos, indica o caminho da revolução nacional, democrática e antiimperialista (1966, p. 127). O que nos mostra que o Partido não mudou suas posições, mesmo depois do golpe militar. Segundo o PC do B o golpe confirmou suas principais teses: “A vida encarregou-se de comprovar a justeza do Programa do Partido” (1966, p. 127).

No mesmo documento, os comunistas defendiam a formação de uma “frente única dos patriotas”, com o objetivo de derrotar o maior inimigo – os Estados Unidos”(1966, p. 131). No entanto, desde 1966, o partido já alertava para as dificuldades que seriam encontradas para vencer essa luta: “ela será longa e difícil”, afinal, “os imperialistas norte-americanos não se retirarão espontaneamente da arena histórica. Resistirão até o fim”. Por isso, os comunistas proclamavam a união dos povos e a criação de uma “frente mundial contra o imperialismo dos Estados Unidos”.

Naquela época, a marca registrada dos comunistas do PC do B era a importância que atribuíam às massas camponesas na luta pela “emancipação nacional e social”. Nesse

sentido, pregavam a união da “classe operária” com as massas camponesas a fim de formar “uma aliança, assegurando a hegemonia do proletariado na revolução”:

“Somente uma classe como o proletariado pode conduzir com êxito à revolução. É inimiga irreconciliável do imperialismo e do latifúndio. Por isto, tem as melhores condições para unir-se aos camponeses e com eles forjar uma sólida aliança, marchar com a pequena-burguesia e com a intelectualidade progressista e atrair a burguesia nacional” (PC do B, 1966, p. 147).

Em 1966, eram muitas as tarefas dos militantes do Partido Comunista do Brasil: lutar contra o governo e a política antinacional e antipopular; trabalhar para forjar a união dos patriotas pela independência, progresso e liberdade; lutar contra a penetração imperialista yanque no Brasil; anulação dos acordos com os Estados Unidos que violam a Soberania Nacional; respeito aos direitos democráticos; defender as conquistas da classe operária ameaçada pela ditadura; difundir a idéia de revolução; fazer propaganda da luta armada e ajudar as massas a se preparar concretamente para a guerra popular (1966).

Em “Guerra Popular – Caminho da luta armada no Brasil” (1969), considerado pelos comunistas do PC do B como um de seus principais documentos, a sociedade brasileira era caracterizada como pré-capitalista e, nas entrelinhas, como semi-feudal, onde um pequeno grupo monopoliza a posse da terra e uma grande maioria da população não têm onde trabalhar:

“O Brasil é um país dependente com sobrevivências pré-capitalistas bastante acentuadas. A propriedade da terra é monopolizada por um pequeno grupo de pessoas e a imensa maioria dos que se encontram no campo não possui terra para trabalhar” (1969, p. 119).

Afirmam assim que “apesar de ser uma nação única, o Brasil contém de fato dois brasis: o Brasil das grandes cidades, com relativo desenvolvimento econômico e cultural, e o Brasil do interior, quase totalmente abandonado” (1969, p. 120).

### **O PC do B depois da Guerra Fria**

Após trinta anos da publicação da *Resolução* (1966), encontramos no *Programa Socialista* do PC do B (1996) preocupações semelhantes àquelas. Mas ao longo desses 30 anos houve algumas mudanças. No quadro externo o fim da Guerra Fria e a derrocada do socialismo no Leste europeu enfraqueceram a ideologia socialista em todo o mundo e o PC do B foi um dos principais atingidos. No que se refere ao quadro interno, a democratização do país, com o fim do regime militar, parecia fazer com que o Partido perdesse um pouco do sentido de sua existência, assim como sua identidade.

No entanto, o partido procura manter sua ideologia e tarefas atualizadas: uma das maiores preocupações é com a defesa da soberania nacional. Assim, percebemos que, no passado como hoje, os Estados Unidos aparecem como uma das maiores ameaças para o país: “todos os que almejam uma pátria livre e soberana, que desejam avanços contínuos nos terrenos político, econômico, social e cultural terão de enfrentar decidida e persistentemente as forças inimigas” (1996, p. 44).

Como vimos, no passado recente, a dependência do país em relação aos Estados Unidos incomodava os comunistas; hoje percebemos que isso continua acontecendo: “o sistema financeiro do país submete-se às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) (1996, p. 19) e tal influência na economia do país acarreta, muitas vezes, imposições e mudanças de ordem política que “abalam a soberania nacional”.



No “Programa Socialista” (1996), pode-se constatar que a idéia de que o “imperialismo norte-americano” é o principal inimigo da sociedade continua sendo fator inerente ao pensamento do partido: “A crise estrutural que atinge o Brasil, embora com características próprias, não é fenômeno apenas brasileiro. Faz parte da crise mundial do capitalismo-imperialismo, parasitário [...]”(1996, p. 5). É para se livrar desse tipo de espoliação que os militantes do PC do B continuam a defender, como há três décadas, a criação de uma “frente nacional, democrática e popular” formada por partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massas, defensores da soberania nacional”(1996, p. 47).

Os dirigentes do PC do B acreditaram e ainda acreditam na importância crucial da mobilização das massas, a fim de “neutralizar os inimigos” tendo como um dos principais objetivos, entre outros, “a defesa da soberania nacional e da independência nacional” (1996, p. 46). Já diziam em 1966 que a luta entre o imperialismo norte-americano e “os povos que aspiram à libertação, à democracia e ao socialismo” deve envolver toda a humanidade (1966, p. 103). No *Programa Socialista*, documento mais recente do Partido Comunista do Brasil, principalmente no capítulo cujo foco do debate é o internacionalismo proletário, assim como a luta de todos os povos pela “emancipação nacional e social”, o PC do B diz que a luta pelo socialismo está intimamente ligada com a luta por uma pátria livre, independente (principalmente dos Estados Unidos) e soberana:

“O Programa do Partido Comunista do Brasil põe em relevo a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do nosso país, luta que envolve não somente os inimigos externos cada vez mais agressivos, como também os inimigos internos, boa parte da grande burguesia e seus comparsas acumpliciados com os monopolistas estrangeiros. Essa luta constitui uma das grandes

tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável no combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países ” (PC do B, 2002, p. 38).

No documento de 1996, os militantes se referem ao campesinato, propondo sua união com “as massas populares urbanas”, também com as “camadas médias e a intelectualidade progressista”, para ajudar nas “mudanças que se fazem necessárias” (1996, p. 25): no entanto, o destaque dado ao campesinato era maior há trinta anos, mesmo porque naquela época a sociedade brasileira era caracterizada como agrária, como aparece em alguns documentos do Partido.

Nas “Teses – 10º Congresso do PC do B” que datam de julho de 2001, o partido faz um balanço dos 15 anos da atividade legal. No texto, caracteriza o regime então vigente como o regime das classes dominantes que se “revela incapaz de assegurar democracia e canais de participação efetivas das forças vivas da sociedade” (2001, p. 3). A característica chave dessa época seria a orientação neoliberal:

“que consiste na privatização das empresas estatais e do patrimônio público; na retirada do Estado da gestão e do papel regulados da economia; na desregulamentação; na abertura nas áreas comercial, financeira e tecnológica; na disciplina fiscal; na estabilidade monetária obtida a custo do sacrifício do desenvolvimento econômico e social; e na promoção de reformas regressivas nas áreas social e trabalhista” (PC do B, 2001, p. 47).

Como principal tarefa política do partido, aparecia a “conquista de um governo dos trabalhadores e das massas populares com a finalidade essencial de iniciar o processo de

transição do capitalismo ao socialismo” (2001, p. 47), como também a luta contra o neoliberalismo. Assim, defendem “a formação de uma ampla frente política e social contra a liberalização em curso, constituindo-se, atualmente, numa batalha de sentido estratégico, porque permite abrir caminho no rumo de uma formação econômica e social condizente com a liberdade, a independência nacional e o progresso social” (PC do B, 2001, p. 47).

As alianças políticas propostas, a fim de formar essa frente contra a liberalização e a favor da instauração no Brasil de uma República de trabalhadores e de amplas massas do povo, são sugeridas nas *Teses*, onde o partido considera que “é indispensável forjar amplas alianças em que possam agrupar-se as correntes de esquerda” (2001, p. 25). Destaca-se a unidade dos partidos comunistas no mundo, valorizando a experiência do “Fórum de São Paulo”, espaço esse “diversificado e heterogêneo, em que se reúnem as esquerdas latino-americanas com uma plataforma antineoliberal e antiimperialista” (2001, p. 25).

Remetendo ao caso particular do Brasil, consideram indispensável a formação de uma aliança para alcançar a vitória nas eleições de 2002, ou seja, a vitória de um governo democrático, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal, baseando-se nas forças populares, isto é, “trabalhadores e demais camadas do povo”. Assim no que diz respeito às alianças para as eleições de 2002 se afirma:

“Cresce a possibilidade da oposição ao neoliberalismo alcançar uma vitória nas eleições de 2002, em virtude da acumulação de forças, revelada pela vitória das oposições nas eleições municipais passadas [...]. O Partido não deve medir esforços para pôr em movimento todos os fatores que podem fortalecer, no embate político de 2002, as forças da oposição ao neoliberalismo, baseado nas forças democráticas, patrióticas e populares” (PC do B, 2001, p. 48).

Forças essas que podem ser representadas pela juventude, pela intelectualidade, pelos trabalhadores sem terra e, sobretudo, pelo proletariado. Afinal, “a identidade do PC do B com o proletariado está expressa na sua gênese, nos seus objetivos e na sua opção teórica marxista-leninista” (2001, p.55). Para o partido, é preciso combater o neoliberalismo. Afinal, com o advento da política neoliberal, acentua-se ainda mais a ameaça neocolonial representada pelo imperialismo norte-americano, o que sempre foi motivo de preocupação para os comunistas. Desde 1966, como vimos no documento “União dos Brasileiros Para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”, já se acreditava que os Estados Unidos eram os piores inimigos da humanidade. Nos dias de hoje, essa idéia permanece forte, como podemos perceber quando se diz que “os meios de propaganda do imperialismo norte-americano tentam demonstrar a sua hegemonia como consolidada e incontestável e eterno o seu domínio no mundo” (2001, p. 19).

A situação mundial se caracterizaria pela espoliação imperialista sobre as nações, a degradação da condição humana e sobretudo o ataque aos direitos dos povos e as soberanias nacionais:

“O imperialismo norte-americano elevou o seu ditame e o chamado direito de ingerência sobre nações e povos à categoria de princípio incontestável de política internacional, tornando letra morta princípios como a soberania nacional, a igualdade, o respeito à integridade territorial, a solução de conflitos por meios pacíficos, a não-intervenção” (PC do B, 2001, p. 17).

Segundo o PC do B, a nova ordem mundial, formada devido ao fim da União Soviética e do socialismo, configura-se como uma ordem imperialista, marcada

principalmente pelo hegemonismo dos Estados Unidos: “o século XXI inicia marcado por um colossal retrocesso das conquistas da humanidade. O panorama mundial encontra-se agravado pela hegemonia e agressividade política e militar dos Estados Unidos. Por toda a parte, aumenta o intervencionismo norte-americano” (2001, p. 17).

É interessante a observação feita pelos comunistas a respeito dos problemas estruturais e da “tendência desnacionalizante” do regime vigente no país. Segundo eles, essa tendência nunca esteve tão acentuada. Tal situação deverá ser resolvida o mais breve possível com um novo projeto nacional, sob pena de um crescimento ainda maior da ameaça neocolonial sobre o país:

“Os problemas estruturais brasileiros – dependência econômica e acentuada desigualdade social -, próprios de um país ‘periférico’, condicionam uma dinâmica capitalista periódica de acumulação com endividamento externo, o que tem sido uma tendência histórica. Entretanto, na trajetória do Estado brasileiro, desde 1930, considerando-se também o período militar, ainda persistia, mesmo com suas deformações, uma ‘visão nacional’ – responsável por uma economia, uma política e uma diplomacia nacionais [...].

Prossegue o documento:

O Estado nacional vem sendo desmontado e, hoje, amoldado às condições geopolíticas e geoeconômicas da ordem mundial, hegemonizada pelos Estados Unidos. Se continuarem essas tendências à desnacionalização [...] o Estado nacional brasileiro atingirá um patamar de abandono completo das funções, objetivos e compromissos nacionais, crescendo, assim a ameaça neocolonial sobre o país” (PC do B, 2001, p. 41).

Com a análise desses documentos, percebemos que, com a mudança no quadro político tanto nacional quanto mundial, com o avanço do regime democrático – ainda que com os limites apontados no documento do partido - no Brasil e a derrocada do socialismo na União Soviética, o discurso do Partido Comunista do Brasil apresenta algumas modificações. Podemos perceber mais claramente essas mudanças, principalmente, ao se falar das tarefas do partido.

Quando se falava no regime de caráter reacionário e antinacional imposto pela ditadura nos anos 60, uma das principais tarefas era se preparar para a luta armada, isto é para a guerra popular com o intuito de se alcançar o poder. Hoje, sob um regime caracterizado como neoliberal, a preocupação maior também é a conquista do poder, no entanto, agora de forma democrática, por meio das eleições. É necessário destacar, que a maior semelhança entre ambas épocas, é a existência de uma acentuada preocupação com o neocolonialismo, vale dizer, com a contradição entre nação e imperialismo.

Para o Partido Comunista do Brasil, o que é permanente no seu pensamento é a sua identidade com o proletariado. Na visão do partido, é necessário cuidar sempre para que não haja um desligamento dessa identidade e sim um aprofundamento dela. Essa preocupação é percebida nas *Teses*, que, como já foi dito, é o documento mais atual do partido:

“A identidade do PC do B com o proletariado está expressa na sua gênese, nos seus objetivos estratégicos e na sua opção teórica marxista-leninista. No atual processo de atualização do pensamento de partido e de reforço de sua construção ideológica, o aspecto mais desafiador e instigante se situa exatamente no aprofundamento dessa identidade [...]” (2001, p. 55).

Portanto, mesmo com a mudança do cenário político, as preocupações do partido são muito semelhantes: reforma agrária, desemprego, ataques aos Estados Unidos, defesa da soberania nacional. O que nos leva a crer que, as desigualdades sociais quando não, a opressão, a exploração, parecem permanecer no âmago da sociedade brasileira, e o Partido Comunista do Brasil continua lutando pelo fim desse quadro e pela “conquista da República de trabalhadores e de amplas massas do povo”, no entanto, como podemos perceber, nos dias atuais o PC do B mantém a revolução apenas no discurso.

Quanto ao neoliberalismo dominante, o texto afirma que o partido “tem sido lutador persistente pela construção da unidade da esquerda e do movimento oposicionista com base em um programa antineoliberal” (PC do B, 2001, p. 27). Nesse sentido, a Intervenção do deputado Aldo Rebelo à 8ª Conferência Nacional do PC do B em 1995, trouxe o título: “Derrotar o Neoliberalismo, em defesa da Democracia e dos Direitos Sociais”. Parece claro assim, que, para os militantes do PC do B, o neoliberalismo oprime o povo brasileiro e o Partido Comunista do Brasil assume como a sua maior palavra de ordem tática no momento a luta pelo seu fim.

### **A Soberania Nacional e as Forças Armadas para o Partido Comunista do Brasil**

Veremos a partir de agora, com mais cuidado, quais são as preocupações históricas e atuais do partido com a Soberania Nacional e a sua “luta intransigente” em sua defesa, inserindo aí a visão atual do partido sobre o papel das Forças Armadas, na defesa dessa soberania. Soberania e independência nacional apresentam um significado primordial para o partido, hoje.

A discussão sobre o papel das Forças Armadas sempre esteve em pauta na esquerda brasileira e conseqüentemente no PC do B. Como já vimos, em 1962 o partido as

caracterizava como as maiores interventoras nos acontecimentos políticos do país, sufocando os movimentos populares. Assim, no documento “O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos”, publicado no ano da instauração do regime, o PC do B destacava o caráter conservador de nossas Forças Armadas: elas sempre intervieram na história política do país, normalmente como um instrumento repressor e a “serviço das classes reacionárias e do imperialismo norte-americano”, interferindo na “vida política do país para impedir que o povo manifestasse sua vontade” (1964, p. 59).

É fundamental destacar o contraste dessas idéias com as que aparecem em documentos mais recentes do partido como o “Programa Socialista e Estatuto do PC do B” que data de 1996. Aí, o partido destaca a importância desse aparelho de Estado em sua futura “República de trabalhadores e de amplas massas do povo”: “as Forças Armadas, sob a direção do poder central, serão constituídas por corpo militar estável e de alta qualificação profissional. Suas bases mais numerosas são os comitês Populares de Defesa civil” (1996, p. 26). Trata-se aqui, como se vê, de um Exército nacional e popular, num país socialista.

Contudo, no “Programa Socialista” o partido passa a afirmar, retrospectivamente, a importância das Forças Armadas na história brasileira: “Instaurada a República (1889), instituiu-se a forma de governo presidencialista, também elitista. As Forças Armadas, decisivas na implantação da República, exerceram durante largo período certa tutela sobre a nação”. E em seguida:

“Em 1930, inicia-se nova fase na vida do país. Um movimento armado, principalmente de militares, derruba a velha República. Desfraldando bandeira liberal, esse movimento representa interesses da burguesia [...]. O regime político, nas décadas seguintes, sofre largos períodos de arbítrio, com a supressão de liberdades democráticas” (PC do B, 1996, p. 15).



Até aqui fala-se do caráter de classe da ação militar. Mas hoje, o Partido Comunista do Brasil vê as Forças Armadas brasileiras, como fundamentais para resguardar os interesses do “país” e a defesa do “território brasileiro”.

Como vimos, o principal parlamentar do PC do B no tratamento das questões militares é o deputado Aldo Rebelo. Em seu texto, “Forças Armadas e soberania nacional”, Rebelo diz que não se pode usar o golpe de 1964 como pretexto para excluir os militares das resoluções sobre os rumos do Brasil (1997, p. 1) e afirma não haver uma definição universal para o papel das Forças Armadas. Para ele “as Forças Armadas de que necessitamos devem estar ligadas a um projeto nacional, às aspirações nacionais permanentes e aos interesses geopolíticos de nossa Pátria” (1997, p. 10). Em artigo publicado na imprensa, com o título “Militar é diferente” (s/d), Rebelo defende condições dignas de exercício das funções militares: “se a sociedade tanto exige desses servidores para que melhor desempenhem seu papel constitucional, é justo que recebam uma contrapartida”. Quanto à proposta de transformação das Forças Armadas em uma espécie de “polícia”, o que já foi sugerido “pelos imperialistas ianques”, o PC do B considera que:

“Faz-se campanha sorrateira, que se origina no exterior, visando a desaparecer militarmente o país. Os imperialistas não querem encontrar obstáculos aos seus propósitos de domínio. [...]. As riquezas do Brasil sempre foram cobiçadas pelos monopolistas de fora, em particular as da Amazônia, uma das regiões do mundo que detém as maiores reservas minerais. Os imperialistas não escondem sua pretensão de internacionalizar a Amazônia. Realizam campanhas com esse objetivo” (1996, p. 6).

Também para Jandira Feghali, deputada pelo PC do B, os Estados Unidos acreditam ser a polícia e os donos do mundo. A maior preocupação da deputada também é a ameaça que os Estados Unidos representam para a soberania nacional, não só brasileira, como de

toda a América Latina: “O governo, nossas Forças Armadas e o povo brasileiro têm que estar alertas e atentos aos desdobramentos do conflito na Colômbia. Há que se buscar uma saída que exclua sob qualquer hipótese ou pretexto a intervenção militar externa, sobretudo norte-americana” (FEGHALI, 1999).

Segundo o PC do B, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, o país vem renunciando a sua soberania e autonomia. Os Estados Unidos seriam o centro desse processo, que, inclusive, procura acabar com as Forças Armadas enquanto guardiãs da nação.

“É o Pentágono quem tenta definir o papel das nossas Forças Armadas. Como não há mais o pretexto da ‘ameaça soviética’, promove-se um novo ‘inimigo interno’, agora na figura do narcotráfico, estimulado pelo consumo norte-americano, impune. Procuram liquidar com o papel das Forças Armadas guardiãs da soberania nacional, sob o falso argumento de que a globalização elimina as fronteiras nacionais [...]. Surgem as velhas ambições de grandes potências mundiais quanto à soberania sobre a Amazônia. Como é notório, mas ainda na discrição das conversas de caserna e nos limites permitidos à disciplina e à hierarquia, os militares se revelam insatisfeitos com o papel que lhes tentam impingir” (PC do B, s/d).

O próprio fundador e até então presidente do Partido, João Amazonas<sup>7</sup>, em seu texto “Não há Nação Soberana sem Estado Nacional” (1994)<sup>8</sup>, defendia que:

---

<sup>7</sup> Amazonas, falecido em 27 de maio de 2002, é considerado um dos mais importantes líderes comunistas da história do país, foi deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1962, participou da reorganização do partido. Dirigente do Partido Comunista desde 1946, participou da Guerrilha do Araguaia, ajudando a prepará-la. Foi presidente do PC do B até 2001.

<sup>8</sup> Síntese apresentada no debate: “O Estado e a modernidade”, em seminário organizado pelo IPAS, Rio de Janeiro, 1994.

“Faz-se ainda campanha insidiosa tentando demonstrar que as Forças Armadas não têm papel importante a realizar. Seriam parasitárias e onerosas aos cofres públicos. Cortam-se verbas necessárias à manutenção das Três Armas e ao reforçamento da defesa nacional. Sob pressão norte – americana, desativam-se empresas que produzem meios de defesa, com tecnologia própria, ou permite-se que passem ao controle das multinacionais armamentistas. Desse modo desarma-se a nação brasileira face a prováveis agressões externas visando o domínio ao território nacional rico em minérios” (AMAZONAS, 1994).

O então dirigente máximo do partido admitia que as Forças Armadas possuem um componente autoritário em sua formação, no entanto, acreditava que elas são o órgão de maior importância para a preservação da Soberania Nacional, sendo então, necessário sua preservação “[...] é iniludível que sem Estado Nacional e sem Forças Armadas nacionais não pode haver nação soberana [...]” (AMAZONAS, 1994).

Aldo Rebelo, em “Acerca da questão nacional na perspectiva do socialismo”, apresenta idéia semelhante ao do companheiro de partido:

“Nas forças armadas, onde historicamente cultivou-se sentimento patriótico, mesmo que em alguns períodos separado de conteúdo democrático e progressista, a pressão imperial preconiza transformar esta importante reserva do país em estamento burocratizado, esvaziado de verdadeiro espírito nacional, apêndice policial dos Estados Unidos para o continente” (REBELO, s/d).

E vai além: “O antiimperialismo é, hoje, a forma do internacionalismo. A defesa da nação é a forma nacional do antiimperialismo”. Neste documento o deputado faz menção à Guerrilha do Araguaia ao insinuar que se necessário for, o povo brasileiro irá lutar pelos seus direitos em defesa da soberania nacional como, segundo ele, o fez em vários momentos da história do país:

“A nação e o povo brasileiro reunirão as forças materiais e espirituais para enfrentar e derrotar as adversidades. Buscarão a inspiração a confiança no exemplo de nossos ancestrais. [...] quando necessário fizemos escrever a letras de fogo nos montes dos Guararapes, no Quilombo dos Palmares, nos Dezoito do Forte de Copacabana, nos campos da Itália e nas florestas do Araguaia, as páginas mais sublimes de amor à pátria e à liberdade” (REBELO, s/dt).

O que podemos perceber neste trecho é que o PC do B na figura de Aldo Rebelo, assume um discurso claramente militar ao misturar fatos históricos tão distintos. Além disso, o parlamentar também proclama a união do povo a fim de proteger a nação e, denunciar a demagogia imperialista e neoliberal:

“A luta em defesa da nação desmascara a demagogia imperialista e neoliberal de defesa da democracia e dos direitos humanos. [...]. Ao assumirem a defesa da nação com amplitude e destemor os comunistas compõem uma ampla força social que desperte os trabalhadores, a juventude, a intelectualidade, religiosos, militares e empresários da cidade e do campo. Devemos defender com vigor os direitos materiais e espirituais de nosso povo [...]” (REBELO, s/d).

Vale lembrar aqui que, em 1997, Rebelo afirmava que, “o Regime sustentado pelos militares distanciou-os crescentemente de setores populares e médios da sociedade” (1997, p. 12). Agora, o partido vê as Forças Armadas nos quadros do antiimperialismo e do antiamericanismo:

“A retórica sustentada por nossos poderosos irmãos do Norte ensina que no pós Guerra Fria as Forças Armadas tradicionais tornaram-se obsoletas, carecem de assumir funções, agora voltadas para o combate ao narcotráfico, à defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e para contenção dos fluxos migratórios dos pobres do Terceiro Mundo” (REBELO, 1997, p. 13).

Dessa forma, o que o Partido Comunista do Brasil defende é exatamente o contrário do que os Estados Unidos desejam. O que o PC do B quer hoje para o país são “Forças armadas sólidas, profissionais e capazes de defender o território [...]. Um pilar fundamental da resistência nos países que não desejam ser subjugados” (1997, p. 23). Em 1999, o deputado federal citado reitera sua opinião:

“O país precisa de uma força militar preparada e equipada para cumprir as missões definidas na Constituição, em vez de ser desviada para tarefas policiais. Um país grande, rico e importante como o Brasil deve habilitar as Forças Armadas para dissuadir agressores e ter presença flexível no território nacional. [...] pesa sobre a nação a exigência histórica de defender seu patrimônio invejável” (REBELO, 1999).

Enfim, para o Partido Comunista do Brasil hoje, mais do que nunca, o principal papel das Forças Armadas é o de defender a soberania nacional mesmo tendo apoiado “aventuras autoritárias” no passado recente. Segundo Aldo Rebelo, embora os Estados Unidos tentem convencer que as Forças Armadas brasileiras são inúteis para o Brasil de hoje, na realidade o que se nota é que, para o país, elas são “indispensáveis”(1997, p. 22). Afinal é necessário defender, unidos, a soberania nacional.

Tivemos como objetivo nesse capítulo mostrar a trajetória seguida pelo Partido Comunista do Brasil, assim como as principais idéias pregadas pelo partido durante os oitenta anos de sua existência. Procuramos identificar a mudança de suas orientações, principalmente no que se refere às Forças Armadas. Afinal, antes, o PC do B caracterizava a ditadura militar como um governo contra o povo e a serviço dos monopolistas ianques; em contrapartida, hoje, os militares são vistos, pelo partido, como os verdadeiros defensores da nação. Assim, as Forças Armadas deixam de ser um instrumento de classe e

passam a ser a defensoras do país. Historicamente, o papel das Forças Armadas era o de algoz, e o partido as via como instrumento repressor a serviço das classes reacionárias e do imperialismo norte-americano, possuindo caráter conservador. No entanto, hoje, após o fim do regime militar, elas recebem dos comunistas um tratamento mais ameno.

Segundo o PC do B, não se pode usar a ditadura de 64 como pretexto para excluir os militares das resoluções sobre os rumos do Brasil, principalmente no que se refere à defesa da soberania nacional e à luta contra o imperialismo norte-americano, que constituem, hoje, junto com o combate ao neoliberalismo, as maiores preocupações do Partido Comunista do Brasil. Portanto, é facilmente perceptível neste capítulo a clara intenção do PC do B em agradar as Forças Armadas brasileiras: antes os militares eram vistos pelos integrantes do partido como inimigos da soberania nacional e amigos do imperialismo, atualmente a situação é completamente diferente, os militares são os amigos da nação e, cada vez mais, estão se tornando inimigos do imperialismo, ou seja, daqueles que desejam enfraquecer as Forças Armadas, em detrimento da soberania nacional .

É importante destacar, portanto, a mudança nas idéias básicas do partido: como sua orientação radical em defesa da revolução agora dá lugar à defesa da nação como luta principal, isto é, à acentuada preocupação com o neocolonialismo, vale dizer, com a contradição entre nação e imperialismo. Assim, fica evidente o afrouxamento ideológico do Partido Comunista do Brasil, lembrando que agora a defesa da nação é a forma nacional do antiimperialismo.

Com o esclarecimento desses pontos, passemos agora para o estudo das Forças Armadas brasileiras e de sua posição na conjuntura nacional e internacional dos anos 90.

## - Capítulo II -

### As Forças Armadas e a nação

No livro *Imagined Communities*, Benedict Anderson discute a formação da nação, do nacionalismo e da consciência nacional. A fim de compreender esses fenômenos sociais, Anderson toma como ponto de partida suas origens culturais e demonstra que a criação das nações, dos nacionalismos e da consciência nacional só foi possível graças ao “cruzamento de forças históricas”, mas que uma vez criados tornaram-se passíveis de serem transplantados para outras situações. Num “espírito antropológico”, a definição proposta pelo autor para nação é que ela “é uma comunidade política imaginada”, implicitamente limitada e soberana. Tal comunidade seria imaginada porque nem os membros de nações muito pequenas conhecerão parte significativa de seus compatriotas, mesmo que em suas mentes esteja viva a idéia de comunhão (ANDERSON, 1991, p.5-6).

Portanto, para Anderson, não é na ideologia política que está a explicação da formação da nação, do nacionalismo e da consciência nacional. Devemos compreender esses três fenômenos como um conjunto de valores culturais que permite a sua fundamentação inconscientemente, ou seja, a imaginação de comunidade.

Segundo o autor, o nacionalismo oficial está associado com o fenômeno do imperialismo, ou seja, ele é o desejo voluntário de nação e Império dinástico. Para ele, é tarefa extremamente difícil definir nação, assim como nacionalidade e nacionalismo, e mais ainda analisá-los, mas é evidente que eles existiram e sempre irão existir (1991, p.3).

Assim, o autor encara todas as comunidades nacionais como sendo imaginadas. No entanto segundo ele, as comunidades devem ser distinguidas “pelo estilo em que são imaginadas”. A nação é limitada, porque mesmo a maior delas, possui “fronteiras finitas, ainda que elásticas”, para além das quais podemos encontrar outras nações:

“The most messianic nationalists do not dream of a day when all the members of the human race will join their nation in the way that it was possible, in certain epochs, for say, Christians to dream of a wholly Christian planet” (1991, p.7).

A nação é também, “imaginada como soberana”, porque o conceito de nação nasceu em uma época em que o “Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico”, que havia sido divinamente instituído. As nações têm o sonho de serem livres, assim o “penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano”:

“Coming to maturity at a stage of human history when even the most devout adherents of any universal religion were inescapably confronted with the living *pluralism* of such religions, and the allomorphism between each faith’s ontological claims and territorial stretch, nations dream of being free, and, if under God, directly so. The gage and emblem of this freedom is the sovereign state” (1991, p.7).

A nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um “companheirismo profundo e horizontal”.

“ultimately it is this fraternity that makes it possible, over the past two centuries, for so many millions of people, not so much to kill, as willingly to die for such limited imaginings” (1991, p.7).



Por exemplo, as novas repúblicas sul-americanas tinham sido unidades administrativas entre os séculos XVI e XVIII, dividindo a mesma língua com as Colônias. Dessa forma, fica claro que, com o passar do tempo, as unidades administrativas podem ser concebidas como pátrias. A ‘nação’ tornou-se, assim, algo a que se podia aspirar desde o início, e não que se fosse definindo gradativamente.

Enfim, para Anderson as burguesias foram as primeiras classes a executar a solidariedade numa base imaginada, uma vez que é praticamente impossível imaginar uma burguesia analfabeta, afinal essa base imaginada é construída através da língua.

### **As Forças Armadas e o mito da nação**

As Forças Armadas constituem o complexo das unidades e serviços militares do Estado e o seu núcleo tradicional é formado pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica. O Exército é a força militar da terra, preparada e equipada para desenvolver operações de defesa no território nacional e de ofensiva no território inimigo. A Marinha atende à defesa das águas territoriais, em colaboração com o Exército, assegura o transporte marítimo de tropas de terra e, com a Aeronáutica o emprego de porta-aviões. A Aeronáutica, a última historicamente formada das três forças, não só provê o apoio tático das tropas de terra e dos comboios marítimos, como também realiza operações autônomas de destruição, por meio de bombardeamento, de unidades ou infra-estruturas militares inimigas. (BOBBIO, 1995).

Assim é importante levarmos em consideração que as Forças Armadas são **universalmente** compreendidas como instrumento de defesa externa, em cujo âmbito exercem tarefa essencial em períodos de crises graves. Nas democracias, elas têm o Presidente da República como comandante supremo. “A natureza política da guerra” é “a

principal justificativa histórica da profissão militar. Sendo a guerra um fenômeno social e político ela se explica politicamente” (OLIVEIRA, 1994, p.103)<sup>9</sup>.

Segundo a visão militar, a origem de nossas Forças Armadas “remonta à gênese da nação brasileira e a sua história identifica-se com a própria História do Brasil”(BRASIL, 1996). Nessa perspectiva, na época da colonização do país, a defesa do território assumia caráter prioritário<sup>10</sup>. Foi no episódio da invasão francesa (1567), que pela primeira vez, se constatou a vontade de defender a terra. Jerônimo de Albuquerque, um “brasileiro nato”, foi o primeiro comandante naval brasileiro, por ter comandado em 1615, “uma parcela da esquadra e das forças que combateram o invasor”, os franceses (BRASIL, 1996).

Entre 1624 e 1625 houve a primeira tentativa holandesa de ocupação, na Bahia “frustrada pela determinação de resistência nascida no coração e nos braços dos brasileiros” (BRASIL, 1996). Expulsos da Bahia voltaram sua atenção para Pernambuco, em 1630. Depois de dois anos de acirradas lutas, os “nacionais” sucumbem ao invasor que consolida e amplia a conquista. Mas em 1648, recomeça a guerra:

“dois mil e quinhentos homens (soldados luso-brasileiros) derrotam cinco mil militares holandeses, na primeira Batalha dos Guararapes, a vitória decisiva. Os confrontos que se seguiram levam o inimigo à derrota total: em 1654 [...]” (BRASIL, 1996).

---

<sup>9</sup> Mais sobre a definição da guerra como instrumento político em: CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

<sup>10</sup> Mais informações sobre as Forças Armadas na época da colonização ver no próximo tópico: “Werneck Sodré e a História Militar Brasileira: o papel das Forças Armadas na política brasileira”.

Na visão oficial, é nessa tradição que as bases do Exército Nacional e da Nação seriam confirmadas a 7 de setembro de 1822, com o “brado de D. Pedro, às margens do Ipiranga, proclamando nossa Independência”:

“No dia 10 de novembro de 1822, foi içada, pela primeira vez, a Bandeira do Império em um navio de Guerra – a nau D. Pedro I -, marco inicial da esquadra brasileira.

[...]

As heróicas ações da nascente Marinha do Brasil e do recém-criado Exército Brasileiro fixaram nossa Independência e, a partir daí, as forças de terra e mar atuaram em conjunto para consolidar a nova Nação, através da pacificação interna ou da contraposição a agressões externas” (BRASIL, 1996, p. 12).

Portanto, segundo os militares, a origem das nossas Forças Armadas se dá em 1648 com Guararapes e suas bases só seriam confirmadas, com todos seus méritos, em 7 de setembro de 1822 com a Independência do país.

Outro fato do qual os militares se orgulham está no âmbito internacional: a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. A região banhada pelos rios Prata, Paraná, Uruguai e Paraguai tinha importância estratégica para o bloco de países platino. Em 1864, as tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso com grande número de soldados. As forças imperiais foram tomadas de surpresa, o Paraguai invadiu também a Argentina e o Rio Grande do Sul.

Em resposta às iniciativas paraguaias, o Brasil, a Argentina e Uruguai se uniram e formaram em 1865 a Tríplice Aliança, declarando guerra contra o Paraguai. Com isso, uma das preocupações da elite militar brasileira era com a pequena formação do exército nacional. Em função disso criou-se a força dos Voluntários da Pátria, que recebeu a adesão

de civis e fez o recrutamento de escravos. Nesse momento o Duque de Caxias recebeu a tarefa de reorganizar o exército brasileiro. Foram vencidas pelos brasileiros diversas batalhas, e em 1869 navios brasileiros alcançam Assunção e tropas aliadas entraram vitoriosas na capital paraguaia. Assim, a derrota do Paraguai foi avassaladora. Portanto, com a ajuda de civis e negros, o exército saiu da guerra do Paraguai mais estruturado enquanto corporação. É interessante destacar, portanto que, a Guerra do Paraguai é uma verdadeira guerra entre nações independentes.

E a história oficial continua: a Força Aérea Brasileira tendo surgido em 1867, quando “ascende aos céus um balão de observação, no primeiro emprego militar da Aeronáutica na América do Sul, a semente de uma idéia que ganha curso e conseqüência e que se vai transformar na Força Aérea Brasileira”, criada efetivamente em 1941 (BRASIL, 1996, p. 13).

Nessa narrativa, as Forças Armadas brasileiras:

“nasceram com as primeiras idéias de Brasil e com ele cresceram em identidade de propósitos, contribuíram decisivamente para a consolidação de nossa independência e para o estabelecimento de nossas fronteiras, consolidaram, em comunhão com a sociedade brasileira, o ideal de integridade de seu patrimônio territorial e de identidade nacional, representam todos os segmentos da sociedade brasileira: são o próprio povo brasileiro e fazem parte da história da Nação e nela inscreveram capítulo de sacrifício, abnegação e dignidade” (BRASIL, 1996, p. 14).

Portanto, como podemos perceber até aqui, as Forças Armadas brasileiras existiriam antes mesmo da nação independente: “a origem de nossas Forças Armadas remonta à gênese da nação brasileira [...]” (BRASIL, 1996, p.11). Dessa forma, vale voltar a Benedict Anderson e sua visão de nação, como “uma comunidade política imaginada”

(ANDERSON, 1991). Anderson toma como ponto de partida suas origens culturais, e afirma que a criação das nações só foi possível graças ao “cruzamento de forças históricas”, enfim a um conjunto de valores culturais. Portanto, levando em consideração as afirmações de Anderson, podemos sugerir que, na visão militar, a nação brasileira já existia no “imaginário” dos habitantes da colônia. Existiria, naquela época, uma identidade cultural, ou seja, as pessoas pertencentes ao grupo se reconhecem a si próprias como seus membros, como foi o caso daquelas “forças de defesa” nos primeiros tempos de Brasil.

### **O papel das Forças Armadas na política brasileira<sup>11</sup>**

Durante toda a história do Brasil as Forças Armadas tem intervindo na política, sendo muitas vezes como poder moderador. Diversos episódios históricos e os próprios rumos assumidos pela sociedade brasileira só foram possíveis graças a essa participação, fato esse confirmado por inúmeros historiadores brasileiros.

As Forças Armadas, participaram da política em momentos importantes como a Proclamação da República, a Revolução de 30, a Revolução Constitucionalista de 32, a derrubada do Estado Novo, em 1945, e o Movimento de 1964. Uma visão crítica e alternativa desse papel encontra-se no livro de Nelson Werneck Sodré, *A História Militar do Brasil*, lançado em 1965. Trata-se de uma obra dedicada ao estudo da evolução histórica das Forças Armadas brasileiras. Werneck Sodré dividiu esse livro em três períodos: “a fase colonial”, “a fase autônoma” e “a fase nacional”. Percebe-se, portanto, que o autor em sua análise da história militar do Brasil dá as etapas como que interligadas, ou seja, para que uma coisa aconteça é preciso, necessariamente, que uma outra a anteceda.

---

<sup>11</sup> Tópico baseado na obra: “A História Militar do Brasil”. Sodré, Nelson Werneck. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. 3ª ed.

No primeiro período de seu livro, Werneck Sodré, afirma que “a descoberta do Brasil e a necessidade de preservá-lo da investida dos concorrentes” causa um sério problema para os portugueses, que acaba sendo “solucionado”, pelo menos temporariamente, com a delegação da Coroa aos donatários do dever da defesa, destacando assim que, naquele momento a preocupação em torno da defesa era significativa, precisando algumas vezes haver algumas junções de forças entre indígenas e portugueses.

As expedições francesas que, desde 1555, procuravam se instalar na baía da Guanabara sentiram na pele um exemplo dessa junção de forças regulares metropolitanas, particularmente as navais, com as forças coloniais irregulares somada aos indígenas daquelas localidades, mesmo que alguns se dividissem, ficando uns do lado dos invasores e outros dos portugueses. Foi preciso várias operações para que se derrotassem os franceses, e estas só terminaram em 1567, decorrendo sempre dentro dos mesmos moldes, no entanto “agora com ajuda de elementos coloniais de várias capitânicas, e particularmente dos paulistas” (1979, p.22).

Os franceses não se viram vencidos, tendo sido derrotados na Guanabara voltaram-se para o Maranhão, desde 1594, e

“as investidas não cessaram: em diversos pontos do litoral, e particularmente na área amazônica, franceses, holandeses e ingleses se estabeleceram, exigindo, pela distância, a conjugação de forças navais e terrestres, para serem desalojados, e impondo a ocupação dessas áreas distantes e até aí relegadas a segundo plano” (1979, p.23).

Dessa forma, com o passar do tempo, o esforço militar repousará na própria gente colonial, os brasileiros, embora pouca e dispersa. Portanto, são formados três “tipos de organização militar”, assim:

no que diz respeito às forças terrestres: as *regulares*, tropas vindas do reino, como aquelas que acompanharam Tomé de Souza e outros governadores gerais, ou acudiram às operações especiais contra invasores poderosos, do tipo dos franceses que se estabeleceram na Guanabara e no Maranhão, ou do tipo dos holandeses, que se estabeleceram em Pernambuco, ampliando depois os seus domínios; o *semi-regular*, constituídos pelas forças do *Serviços de Ordenanças*, regulares do ponto de vista de que institucionalizadas pela legislação, a partir dos primeiros documentos, as Cartas de Doação e as Cartas de Foral, concedidas aos donatários, e ampliadas com os Regimentos baixados aos governadores-gerais, mas irregulares do ponto de vista de que não eram compostas de soldados, mas de moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares, quando se apresentava a oportunidade; e *irregulares*, aquelas que se organizavam, à base da iniciativa de povoadores, moradores ou colonizadores, à margem da legislação e, portanto, da vontade das autoridades metropolitanas ou locais, para atender a necessidade dos próprios interessados, do tipo da *bandeira*”[grifos nosso] (1979, p.25-24).

Muitas vezes, a gente colonial, mais especificamente os indígenas, representavam o perigo eminente; no entanto, normalmente eram eles que constituíam as tropas de defesa. Mas existia outra ameaça além da representada pelos índios, os “traficantes” da costa. Eram de procedências diversas, e contra eles foram organizadas “as primeiras expedições punitivas e policiadoras que percorrem o litoral” (1979, p.27). Com o passar do tempo a bandeira se destina à natureza militar, acabando por se tornar forças militares que procuram entre outras coisa, expandir a posse territorial e assegurar a sua defesa. Também ajudam nas operações contra os invasores que procuram se instalar no litoral brasileiro (SODRÉ, 1979).

Ainda dentro da fase colonial uma parte muito importante da história militar brasileira é a que se refere ao “episódio holandês”. Como se sabe, os holandeses, que vinham partilhando com os portugueses “da distribuição do açúcar e se haviam associado antes à montagem da empresa produtora das ilhas do Atlântico” (1979, p.33), perdem a sua

influência, com a perda da autonomia portuguesa para a Espanha, em 1580. Assim, “a situação sofre uma mudança radical: o Brasil ficaria integrado nas posses espanholas, e a Espanha não mantinha com a Holanda a mesma identidade de interesses, muito ao contrário” (SODRÉ, 1979, p.33). Portanto caberia à Holanda solucionar esse problema e a maneira mais vantajosa seria, portanto, apoderar-se da área “causadora da discórdia”. Para Werneck Sodré,

“do ponto de vista das operações militares, a conquista da área açucareira no Brasil teve três fases, bem distintas, embora acontecimentos ligados a cada uma se prolongassem em outras: a fase inicial, de conquista do território, de curta duração; a fase média de consolidação daquela conquista e ampliação dela, de longa duração; e a fase final, de declínio e expulsão, também relativamente rápida” (1979, p.34).

A Holanda era a maior potência daquela época, os holandeses possuíam armamento melhores e mais numerosos, ao passo que os espanhóis e os portugueses os possuíam em menor quantidade e de qualidade muito inferior. Portanto, a terceira fase é a de destaque, afinal “deterioram-se as relações de acomodação, e tem início a fase de luta, comandada pela classe dominante colonial, que resulta na expulsão dos invasores”, demonstrando como o “povo brasileiro” já defendia sua terra (1979, p.34). Assim, segundo Werneck Sodré:

“o episódio da guerra holandesa, tão importante na história da colônia, mostraria como, em condições de liberdade, já com existência caracterizada, embora sem representação social e política, o povo brasileiro sabia defender a sua terra” (1979, p. 44).



É importante notarmos aqui que, há elementos para a construção da comunidade imaginada idealizada por Anderson, afinal é perceptível, principalmente nesse trecho, que Sodré e as Forças Armadas, como vimos, compartilham a mesma visão em relação à Guararapes.

No entanto, é preciso atentar que, segundo o autor os holandeses não foram expulsos por um acesso de patriotismo, pelo menos não quando se refere à classe dominante, mas graças a “pressão das dívidas dos agricultores brasileiros”(1979, p.38). Sendo que, as classes que constituíam o povo “jamais conciliaram com os invasores e lutaram, dentro de suas possibilidades, durante todo o tempo”. Já a classe dominante,

“após a derrota inicial, pactuou com os invasores, acomodou-se ao seu domínio, e só mudou de atitude quando os seus interesses a levaram a isso, buscando, então, apoiar-se nas classes populares e retomando a luta” (1979, p.39).

No século XVIII, existe uma repartição, que Werneck Sodré chama de “natural” entre “os elementos de natureza militar”: as Ordenanças, as Milícias e a tropa regular. Segundo o autor, “as Ordenanças são uma força territorial, gerada à base da estrutura econômica, política e social da população, nas áreas antigas, atendendo a eventuais ameaças afastadas, mobilizando-se apenas em face de circunstâncias que a isso obriguem” (SODRÉ, 1979, p.47).

No que se refere as Milícias, o autor afirma que:

“recrutadas no país, isto é, na colônia, no que diz respeito aos soldados e, depois, aos postos inferiores de oficiais, tendem para a organização permanente, colocam-se sempre nos locais ou nas

zonas em que há perigo mais próximo de ameaça interna ou externa, aquela em primeira urgência e principal, cercam as autoridades e mandatários metropolitanos, assegurando-lhes o exercício funcional” (1979, p.47).

Mas, segundo o autor, quando “o poder metropolitano” passa a retomar o que havia delegado em fase anterior, quando repartiu os poderes, as Ordenanças perdem suas forças e tendem a desaparecer, ou passam a ser relegadas a elas uma função secundária. Portanto, as milícias e as tropas regulares passam a ocupar, “pouco a pouco, as funções militares”(1979, p.48).

Assim, as milícias se tornam para a metrópole uma solução para diversos problemas, pois aquela afinal não teve, em tempo algum, recursos para estabelecer na colônia numerosas tropas de linha. Dessa forma, é nas milícias

“que a coroa exercerá seu esforço e, com isso, definirá a sua posição. Onde se torna necessário, para a preservação da ordem interna, isto é, para a preservação de seus interesses, para assegurar o seu domínio, a Milícia vai adquirir grandes proporções” (SODRÉ, 1979, p.49).

No entanto, essa passagem “do predomínio das Ordenanças para o predomínio das Milícias” e a conseqüente introdução de tropas regulares metropolitanas, se deu graças às “alterações ligadas ao processo de exploração colonial posterior à luta contra os holandeses”. É justamente nessa luta que começam a surgir diversas contradições entre a “classe dominante colonial e a classe dominante metropolitana” (1979, p.50). Mas, para “exercer a sua dominação, a metrópole tem agora necessidade de violência”(1979, p.50), o que é mais fortemente notado a partir do século XVII.

Ponto importante também nessa fase é a questão platina, período em que “a estrutura militar ia assumindo caráter complexo e pesado, completamente diverso das linhas simples e até naturais que antes caracterizava”(1979, p.55). No entanto, essa “estrutura militar rígida”, segundo Werneck Sodré, totalmente baseada em modelos externos, não teria condições de lutar, isto é, de enfrentar “o problema platino” sem o reforço das forças irregulares. Dessa forma, foi “obrigada a funcionar como simples complemento e reforço das forças irregulares, geradas no ambiente regional, estas sim aptas a enfrentar as lutas ali travadas”(1979, p.55).

Surge então, a “cooperação e, às vezes, a fusão entre as duas organizações militares, a irregular, das Ordenanças, e a regular, das tropas metropolitanas e das Milícias”. (1979, p.55). No entanto, é preciso destacar que todas as batalhas no sul, até a guerra com o Paraguai, foram mantidas principalmente pelas forças irregulares, algumas vezes, “entrando as unidades de outra procedência, seja do Reino, seja de outras capitanias, como forças suplementares”(1979, p.56).

“A fase colonial, no que diz respeito a organização militar, encerra-se com a criação, a 18 de agosto de 1831, da *Guarda Nacional*”. Nesta fase a missão da *Guarda Nacional* consistia, “em conquistar o território, manter as faixas ocupadas e expandir a conquista territorial” (1979, p. 405) o que era útil, afinal assegurava a “empresa da colonização”. Portanto, segundo o autor:

“Se abstrairmos as particularidades, os traços circunstanciais e secundários, e refizermos as grandes linhas dessa evolução colonial, partindo de um plano, verificaremos que a missão das forças militares, durante os três séculos de dominação lusa, pode ser resumida no seguinte: assegurar a empresa da colonização. A forma de assegurar essa empresa e, portanto, de cumprir a missão,

desdobrar-se-ia em três aspectos: apossar-se do território, manter o território e expandir a conquista do território”(1979, p.59).

Assim, seguindo a classificação do autor, a fase colonial, encerra-se com a criação, a 18 de agosto de 1831, da *Guarda Nacional*. A fase autonôma, se dá com a “separação entre o Brasil e Portugal”, lembrando que é a fase em que se dá o período de “grave e profunda crise na economia brasileira”(1979, p.68). Para o Brasil essa fase não trouxe grandes mudanças sociais, “a estrutura de produção permaneceu a mesma, a posição das classes sociais permaneceu a mesma”(1979, p.64). No entanto, a autonomia trouxe outros tipos de conseqüências como:

“a aliança de subordinação à Inglaterra, dominadora dos mares e dominadora das trocas, que será a dominadora do mercado interno e a dominadora das finanças(...) É essa aliança que lhe vai permitir sufocar as manifestações de rebeldia nas mais diversas regiões, organizar o seu aparelho militar, uma vez que, de início, nem possui aparelho militar em condições para uma tarefa de tal envergadura, nem de condições materiais para organizá-lo”(1979, p.67).

No entanto, para a “classe dominante colonial, empresária da independência”, o maior problema estava em organizar um aparelho de Estado que refletisse seus problemas e preservasse os seus interesses, sendo que “uma das peças mais importantes desse aparelho de Estado seria, necessariamente, a militar”(1979, p.87). Mesmo com as diversas dificuldades encontradas pelo país, foram as forças irregulares, representadas pela estrutura militar sulina

“que permitiram enfrentar o problema platino, quando se conjugaram os interesses do governo central, o da metrópole ou o do país autônomo, e os interesses dos senhores locais. Até a guerra do Paraguai, foi essa força irregular, cuja estrutura assentou na ordem social sulina, que assegurou a nossa presença no cenário do Prata. Sobre ela repousou, assim, até a segunda metade do século XIX, a segurança do Império” (1979, p.87).

Com a Constituição de 1824 que “procurou definir as linhas gerais da estrutura militar oficial”, surgem as três categorias militares, exército, milícias e guardas policiais. Sendo que o

“exército destinava-se a defender as fronteiras e nelas estacionar; as milícias incumbiam-se de manter a ordem pública nas comarcas, dentro de cujos limites permaneceriam, sendo eletivos e temporários seus oficiais, a exceção dos majores e ajudantes; as guardas policiais eram encarregadas de fornecer a segurança dos indivíduos, perseguindo e prendendo os criminosos” (1979, p.89).

Em 7 de abril de 1831, o Imperador foi “deposto por um movimento em que as forças militares, colocando-se abertamente ao lado das forças populares, retiraram-lhe qualquer condição de resistência”(1979, p.105). As repercussões de 7 de abril foram profundas, tendo surgido várias manifestações defendendo as idéias revolucionárias. Assim segundo Sodré “as forças militares estiveram sempre presentes nesses movimentos” (1979, p.115). Por fim, “o caráter de Independência, no caso do Brasil, afetou profundamente as características das forças armadas do país”(1979, p.116).

É importante lembrar que, como vimos, também no ano de 1831, surge a lei que cria a *Guarda Nacional*, extingue, as *Ordenanças* e *Milícias*. A *Guarda Nacional* é apresentada como força auxiliar do Exército, dessa maneira, a classe dominante estava “forjando o

instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares”(1979, p.117). Nessa época ninguém era obrigado a servir no Exército, mas todos eram obrigados a servir na Guarda Nacional.

A criação da *Guarda Nacional*, era só “uma parte da política da classe dominante, a outra parte estava no papel secundário conferido ao Exército” (1979, p. 102). Com isso, o estado da tropa do Exército, tornou-se, normalmente, lastimável, muitas vezes deixavam de receber seus uniformes e salários, o que levava, ao “afrouxamento da disciplina” e, além disso, um forte preconceito. É necessário deixar claro que, segundo Werneck Sodré o Exército era formado pelo povo.

Em 1865, no período da guerra com o Paraguai, havia ainda um forte desprezo direcionado ao Exército. “Com a agravante dos serviços de polícia, a que o Exército era obrigado, e que era outra forma de humilhá-lo” (1979, p.126). Assim, o Exército era destinado, particularmente, “às operações contra inimigos externos, quando a *Guarda Nacional* aparecia como complemento ou reforço”; no que se refere aos inimigos internos quem aparecia como complemento ou reforço era o Exército (1979, p.129). Na verdade é aparente que o que realmente existia era uma demonstração de “carinho dedicado à *Guarda Nacional*”, e um “desprezo dedicado ao Exército”.

Esse desprezo para com o Exército, era tanto que chegava ao ponto que, ser soldado era um verdadeiro castigo, um motivo de humilhação, “destino de elementos incorrigíveis, de malfeitores”. Com isso, para completar os efetivos era necessário “caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os pretos libertos”. Vez ou outra os efetivos eram completados por “jovens de tradicionais famílias militares, candidatos ao oficialato, entre os quais sobressaíam os cadetes.” (1979, p.128). Já no que se refere a *Guarda Nacional*, a serviço direto dos interesses da classe dominante, já que estava fora da alçada militar e era

subordinada à autoridade política, “a *Guarda Nacional* se reservava o direito de recrutar os elementos melhores da sociedade, e distribuía os comandos segundo a confiança dos senhores de terras” (1979, p.132). Mas, é preciso deixar claro que, esse cenário é modificado com o fim da guerra com o Paraguai. O Exército, agora, apresentava importância. Dessa forma, segundo o autor, “a guerra com o Paraguai alteraria profundamente a estrutura social do Exército” (1979, p.143).

Com o processo da abolição, ocorre o episódio que ficou conhecido como “Questão Militar”, que teve início em 1884. Esse acontecimento confirmou “a estreita dependência entre o que se passava no meio militar e o que se passava na política do país”(SODRÉ, 1979, p.145). Durante a Questão Militar foi possível “verificar que, de um lado, estavam militares, e de outro, estavam políticos” (1979, p.153). Devemos destacar também que

“A idéia republicana, realmente, corresponde aos anseios políticos das classes e camadas sociais que, no Brasil desde os fins do século XVIII, encaravam a necessidade de conjugar a autonomia a um sistema de governo tão democrático quanto nos fosse possível. [...]. A República foi o resultado, entre nós, assim, de um século de grandes e profundas lutas, pontilhadas de sacrifícios e de renúncias” (1979, p.154).

É necessário ter em mente que, a grande parte dessas revoltas foram reprimidas pelo Exército, e ainda segundo Werneck Sodré, como todos os regimes que estão chegando ao fim, “mas que ainda dispõem do uso do aparelho de Estado e, particularmente, dos instrumentos de força, a monarquia ostentou a violência, ao aproximar-se do fim. Cuidou-se de lançar mão da Guarda Nacional para enfrentar o Exército” (1979, p.159). Portanto, caberia aos militares uma função de destaque, neste caso a “configuração da República”.

Com a vitória da República, nos primeiros momentos “com os militares no poder, a ânsia reformista era predominante”. Já com a República consolidada e as forças políticas organizadas em partidos, “refletindo o poder do latifúndio, reivindicam a normalização constitucional” (1979, p.175).

Contudo, ainda em 1897, a rebelião em Canudos:

“Denunciaria muitos dos aspectos do Brasil dos fins do século e, particularmente, das debilidades da República que, mal inaugurada, caía sob o guante do latifúndio implacável, sem grande resistência de uma burguesia que seria compelida a acumpliciar-se com o atraso feudal. Revelaria a extraordinária capacidade de luta do nosso povo, sua tenacidade, sua resistência, seu apagado heroísmo” (1979, p.181).

além disso, revelou, o grau de deterioração a que o Exército estava sendo submetido, e sobretudo a sua incapacidade de travar uma luta organizada.

Em 1915 e 1918 é reformada a organização do Exército, através dos atos legislativos, e a 12 de janeiro deste último ano, era extinta a Guarda Nacional. Começam a “organizar-se grupos de jovens oficiais que, colhendo observações na Guerra Mundial que se encerrava, batem-se por reforma profunda das instituições militares. Pretendem conferir-lhe a eficiência que outras apresentam” (1979, p.198). Funda-se a revista *A Defesa Nacional* com o intuito de divulgar suas idéias. Ainda em 1918, chegam os primeiros elementos da Missão Militar Francesa, que começam a trazer alterações na mentalidade militar. “A Escola de Aviação, já criada, começa a reger-se, desde 1918, por regulamento em que preponderam as idéias francesas, com instrutores também franceses”(1979, p.200). Portanto, deve-se destacar o ano de 1918, como um dos mais importantes da história da profissão militar brasileira.



O espírito reformista no Exército iria desembocar nas rebeliões dos jovens oficiais dos anos 20. O Tenentismo “assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar, que se recusa a servi-lo”(1979, p.214). Fator importante para o Tenentismo foi a crise econômica de 1929, que deu considerável impulso ao seu desenvolvimento político e de tudo o que o Tenentismo pregava naquele momento. Segundo Werneck Sodré, o Tenentismo passou por:

“três etapas bem definidas, embora, como sempre ocorre, imprecisamente limitadas no tempo: na primeira os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoal militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto de luta armada tão-somente; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre; na terceira, finalmente, o vínculo será com oposição federal, a propósito de problema de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luís, deflagrando, como coroamento, a Revolução de 1930. Claro está que essa evolução do *Tenentismo* esquematiza muitos dos seus aspectos, nem todos abrangidos ou valorizados”(1979, p.213).

Werneck Sodré procura enfatizar que:

“dentro do largo período aqui caracterizado como Fase Autônoma, abre-se uma nova subfase, que será encerrada com a Revolução de 1930, quando se abre a Fase Nacional, isto é, quando o país começa a definir-se em termos de nação e começa a criar as condições para o aparecimento de Forças Armadas inequivocamente nacionais” (1979, p.230-31).

Portanto, se o fenômeno de ascensão da burguesia, no Brasil, é tardio, também é tardia a formação de Forças Armadas nacionais, e mesmo essa etapa não coincide inteiramente com a de dominação burguesa.

Como vimos, na Fase Colonial, a missão das “armas” consistia, basicamente em conquistar o território, manter as faixas ocupadas e expandir a conquista territorial., com uma única intenção: “assegurar a empresa da colonização”(SODRÉ, 1979). No que se refere à Fase Autônoma, as coisas se passam de maneira diferente, a missão das Forças Armadas foi de manter a “base física do país e assegurar nela o exercício da autoridade central”, o que significaria preservar o patrimônio territorial da fase anterior, originando as lutas de fronteira, assim como, assegurar a unidade política, criando as condições para o exercício da autoridade em todo o território. Tratava-se, portanto, de assegurar a unidade nacional e o território (1979, p.405).

Assim, dá-se início a Fase Nacional com a Revolução de 1930:

“Embora a Revolução de 1930 trouxesse, entre os seus componentes, particularmente entre os militares, elementos novos, ansiosos por colocar em termos justos a chamada questão social – qualificada como simples ‘caso de polícia’ pela situação vencida, a verdade é que tomou, desde logo, da parte de seus mais destacados responsáveis, atitude antioperária ostensiva” (1979, p.247-48).

Portanto, a Revolução de 1930 foi, assim, uma etapa do desenvolvimento da revolução burguesa em nosso país, que permitiu à burguesia em ascensão, e com apoio do Tenentismo, “apoderar-se do Estado”. Em 1934, Getúlio Vargas, foi escolhido, de forma indireta, Presidente da República. Em 1935, surge a Aliança Nacional Libertadora, forma

encontrada, para juntar as forças que se opunham à “marcha para a ditadura fascista”. A ALN

“preconiza o cancelamento das dívidas imperialistas, a liberdade individual assegurada, a entrega dos latifúndios aos trabalhadores no campo, a liquidação das relações feudais e semifeudais. A arregimentação a que alcançou atingiu, naturalmente, a área militar, intensamente trabalhada pelo Tenentismo e pelas lutas que acabaram por liquidá-lo”(1979, p.254).

Diante da rebelião nos quartéis, surge a idéia de que contra os comunistas tudo era permitido. Acusava-se os comunistas de várias violências, no entanto, era contra os supostos comunistas que se praticavam todas as “violências e atrocidades, sem qualquer discriminação”(1979, p.259). Sendo que as funções repressoras eram promovidas por militares, assim, as Forças Armadas foram

“comprometidas a fundo em todos os atentados à liberdade, em todos os crimes, em todas as violências porque tudo se fazia em nome delas, e, entre os executantes, estavam alguns oficiais”(1979, p.266 - 7).

A ditadura “pretoriana”, como foi chamada por Werneck Sodré o período em que Getúlio Vargas estava no poder, tinha dois anos de vigência quando estourou a segunda Guerra Mundial. Houve intensa pressão popular e tornou-se inevitável enviar forças militares brasileiras para o teatro de guerra europeu, o que segundo Werneck Sodré, representou “um grave problema para as Forças Armadas brasileiras pois, não estavam minimamente preparadas para enfrentá-lo”. Mas por outro lado, a “participação integrou-se no processo de deterioração do Estado Novo, acelerado com a guerra, embora já iniciado

antes de sua eclosão” (1979, p.286). Vargas foi deposto por um golpe a 29 de outubro de 1945, assim, “os pretorianos criaram o Estado Novo; os pretorianos o destruíram”(1979, p.289). A 2 de dezembro, as eleições deram a vitória ao candidato, ex-Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra.

Naquela época havia pressões imperialistas, principalmente sobre as Forças Armadas, o que os incomodava imensamente. Com o quadro que se abriu com o início da Guerra Fria, o mundo militar se dividiu:

“por força da constituição democrática do Exército, a luta contra o imperialismo ganharia em suas fileiras adeptos numerosos e entusiastas, na mesma proporção em que os agentes do imperialismo dele se utilizaram para a conquista de posições e para a concretização das medidas necessárias à subordinação do Brasil ao carro da ‘guerra fria’”(1979, p.304).

Para Werneck Sodré quando Vargas foi reeleito, a 31 de janeiro de 1951, procurava mostrar-se “fiel ao sentimento democrático das Forças Armadas, respeitando direitos e, principalmente, o mais sagrado deles, o de defesa dos interesses nacionais” (1979, p.313). Passou, então, a sofrer pressões do imperialismo. Em 1952, esse imperialismo só se preocupava em debilitar cada vez mais o governo Vargas, o que foi se acentuando no decorrer de seu governo. No ano de 1954, “a situação do governo Vargas denunciava debilidade insuperável no quadro em que se colocara, com o avanço da conspiração para a sua derrubada” (1979, p.351). Não agüentando mais tanta pressão, Getúlio Vargas, na madrugada de 24 de agosto de 1954, pôe fim àquela situação. Suicida-se.

Deixa uma carta-testamento onde faz várias acusações à “campanha subterrânea dos grupos internacionais” que, segundo ele, estavam aliados à dos “grupos nacionais

revoltados contra o regime de garantia de trabalho” que faziam acusações contra seu governo. Com o falecimento de Getúlio Vargas quem assume o poder é o seu vice - presidente Café Filho.

Juscelino Kubitschek se candidata a presidente e recebe o apoio das classes populares, eleito assume o cargo em 31 de janeiro de 1956. Não houve grandes acontecimentos durante o governo Kubitschek, a não ser as acusações de políticas antinacionais por parte de seu governo. Mas, ao iniciar-se o ano de 1959, o problema da sucessão de Kubitschek foi colocado no centro dos acontecimentos políticos da época.

“O governo vinha sofrendo profundo desgaste perante a opinião pública, particularmente pela sua orientação antinacional, que encontrava reflexo na aceleração inflacionária conseqüente do gigantesco financiamento do latifúndio e do imperialismo.”(1979, p.368).

Dessa forma, a candidatura do então governador paulista Jânio Quadros foi aprovada e, em seu papel de candidato da oposição ao governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros conquistou as camadas populares e alcançou uma votação realmente surpreendente. No entanto, mesmo com votação tão representativa, Jânio Quadros não escapou da montagem de um “dispositivo militar”. Segundo Werneck Sodré, “jamais existiu em nosso país dispositivo militar como aquele que, a sombra da omissão ou da ingenuidade do presidente Jânio Quadros, foi montado” (1979, p.370).

Em 25 agosto de 1961, numa sexta-feira, Jânio Quadros e foi vítima de um “golpe branco”. Renunciou a seu cargo enviando um documento de renúncia ao Congresso. Nesse dia, seu vice-presidente, João Goulart, estava viajando. Segundo Werneck Sodré, essa decisão não poderia ser pior, principalmente para “o dispositivo militar golpista” (1979,

p.371). No entanto, foi montada uma junta militar golpista, acompanhada de censura, ao rádio, a imprensa, “até aí executado à base da imposição branca”,

“assaltando a redação dos jornais, ocupando-os com grupos de militares que os controlavam; estabeleceu o controle das comunicações telefônicas e telegráficas, montou um serviço que logo chamou a atenção pela grosseria e estupidez de sua orientação [...]” (1979, p.374).

Mas, em agosto de 1961, o aparelho militar percebeu que “não podia operar contra a nação”. Criou-se, assim, uma emenda parlamentar que transformou o regime político e permitiu que João Goulart tomasse posse, mas transformou o regime em parlamentar: assim, os poderes do novo governo, eram obrigatoriamente, passados pelo Congresso, para Werneck Sodré, a “composição inspirava toda confiança ao imperialismo, ao latifúndio e aos setores vacilantes da burguesia” (1979, p. 382). Com isso voltou-se a “normalidade” no poder e deu-se um tempo para as forças reacionárias tomar novo fôlego.

João Goulart defendeu a realização de um plebiscito, cujo interesse era dar fim ao regime parlamentarista que vigorava naquele momento, com isso, seu objetivo maior foi alcançado. Com a realização desse plebiscito a 6 de janeiro de 1963, foi assegurada a posse de João Goulart; alguns militares iniciaram a conspiração na tentativa de depô-lo, alcançaram, portanto, o desejado. “Todos eles, após a vitória do golpe de abril de 1964, confessaram tal atividade e vangloriaram-se dela”(1979, p.389).

Ao falar da tomada de poder pelos militares, Werneck Sodré é sintético:

“Não é possível, em capítulo de livro, historiar o golpe militar de 1964. Inserir-se ele em nossa história, como fato consumado, e suas conseqüências serão sentidas ainda ao longo dos anos, qualquer que seja o tempo de duração da ditadura que se instaurou, com alguns diáfanos disfarces, em abril de 1964” (1979, p.394).

Comentando as mudanças ao imediato pós-golpe, ele afirma:

“O Ato Institucional derivava de uma necessidade, da parte do componente que acabou por preponderar no golpe de abril, necessidade gerada do fato de que aquele golpe fora vitorioso sem choque armado [...]. O Ato Institucional, estabelecido a frio, foi colocado nas mãos dos chefes militares que se apossaram do comando do movimento, por razões de circunstância para que o executassem [...]. O Ato Institucional caracteriza a presença dominante do Imperialismo e de sua representação fascista no conjunto do golpe de 1964” (1979, p.395 - 6).

Assim, como podemos perceber, com a instauração dos Atos Institucionais, a população se vê cada vez mais cerceada em seus direitos democráticos. Com o Imperialismo, de certa forma dominando o regime, resta ao Brasil romper relações diplomáticas com Cuba, o que se dá em maio de 1964, afinal era ela a maior representante do comunismo na América Latina e, os militares tinham a clara intenção, com esse rompimento, de que não existisse nenhum tipo de ação ou influência comunista no território nacional. Portanto, é evidente que o golpe de 1964, segundo Werneck Sodré, “colocaria os militares como autores de atrocidades, de violências, de arbitrariedades e de torturas que jamais se coadunaram com o sentido das Forças Armadas [...]” (1979, 401).

Interessante destacar que, já em 1965 ano de publica o do livro: *A História Militar do Brasil*, portanto, ainda durante o período do regime militar, Werneck Sodré, em tom profético indicava qual era a inten o dos Estados Unidos em rela o as Forças

Armadas brasileiras: “o grande esforço do imperialismo, sem dúvida alguma, vem sendo desenvolvido nesse sentido: o de transformar as Forças Armadas nacionais em tropas de ocupação, a seu serviço” (1979, p.403). Acrescido a isso, manipulam as Forças Armadas, não só as brasileiras, como todas as do mundo “ocidental cristão”, a ajudar a destruir o comunismo, sendo essa “uma missão fundamental” de todas elas. (SODRÉ, 1979).

Assim, Werneck Sodré conclui seu livro brilhantemente, deixando um importante ensinamento para seus leitores, afirma que:

“só existem Forças Armadas organizadas em país organizado, Forças Armadas eficientes em país eficiente, Forças Armadas estáveis em país estável, e assim por diante. [...]. Tudo o que diz respeito às Forças Armadas deriva do que diz respeito ao país; elas lhe refletem o desenvolvimento, em todos os sentidos, não apenas no sentido nacional” (1979, p.407).

Portanto, o que se conclui com a obra de Werneck Sodré, é que as Forças Armadas no Brasil não se formaram a não ser tardiamente e sua função foi tanto política quanto de defesa externa.

### **O Golpe de 1964 e o Inimigo Interno**

Em artigo publicado na principal revista do Exército brasileiro reconhecia-se que os militares estiveram presentes nos: “momentos capitais da proclamação da República, da Revolução de 30, da Revolução Constitucionalista de 32, da derrubada do Estado Novo, em 1945, e do Movimento de 1964” (FIGUEIREDO, 1988, p. 18)<sup>12</sup>. No mesmo sentido, os

---

<sup>12</sup> Pedro de O Figueiredo procura justificar o papel intervencionista dos militares brasileiros, de sempre estarem intervindo na política, em seu artigo “As Forças Armadas como instituição social”, fazendo uso das palavras do então ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves, afirma que: “os militares nunca foram intrusos na história do Brasil, mas sim, instrumentos da vontade nacional. É que nos momentos de crise



historiadores acadêmicos registram que “depois de 1889 os militares assumiram o ‘poder moderador’”. Nos anos seguintes intervieram inúmeras vezes na política tanto no plano estadual quanto no federal, “embora a Constituição de 1891 não tivesse qualquer cláusula tornando os militares responsáveis pela manutenção da lei e da ordem” (SKIDMORE, 1988, p. 523).

Nesse sentido, o verdadeiro marco divisório da participação dos militares na política foi o golpe de 64. Seu conteúdo ideológico foi assim resumido:

“Os conspiradores sustentavam idéias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG (Escola Superior de Guerra), segundo o modelo do National War College dos Unidos [...]. Da doutrina ali ensinada constava a teoria da “guerra interna” introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários”(SKIDMORE, 1988, p.22).

Com efeito, o major Luiz Carlos Poll, em artigo publicado em A Defesa Nacional em 1989, garante que a preocupação com os comunistas antecede a 1964. Segundo ele já na década de 30 essa preocupação era visível:

“nosso país seria o primeiro da América a enfrentar uma tentativa comunista de tomada de poder. A Aliança Nacional Libertadora encobria as atividades do PC do B, que deflagrou a Intentona Comunista de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Face à resistência das forças legais, o movimento fracassou de imediato, sendo presos os principais chefes. Após esse episódio, a situação

---

prevalece o sentimento de identidade e a sociedade brasileira reconhece que pode contar com suas Forças Armadas como paradigmas de desprendimento e amor à ordem”(FIGUEIREDO, 1988, p.20-21).

política foi hostil às esquerdas, o que acentuou as dissidências em suas fileiras [...]. A vitória de 64 marcou o início de uma luta sem tréguas contra as esquerdas” (POLL, 1989, p. 117).

E foi o que realmente aconteceu: de 1964 a 1985, a luta contra as esquerdas no Brasil foi intensa, e muitas organizações de esquerda chegaram a ser aniquiladas pelas Forças Armadas, que haviam elegido a esquerda comunista como seu principal inimigo. Como disse Hélio Bicudo no prefácio do livro de Maria Moreira Alves (1984), “o aparato repressivo, tendo no Conselho de Segurança Nacional a sua maior expressão, como órgão controlador de todas as atividades do Estado, reduziu as oposições a um quase nada, como se poderia dizer a um resto”(ALVES, 1984, p. 16).

Outra referência a repressão severa desse período é apresentada por Skidmore:

“eles não estavam à procura apenas de adversários armados; queriam pôr as mãos também naqueles líderes ‘subversivos’ que supostamente estavam levando o Brasil para o comunismo. Milhares foram presos através do país na ‘Operação Limpeza’, inclusive membros de organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outras cujas atividades de organização ou caritativas atraíram a suspeita da inteligência militar ou do DOPS, a polícia política” (SKIDMORE, 1988, p. 55-6).

Assim, foi entre 1964 e 1985, que o Brasil experimentou o mais longo período de regime militar de sua história, tendo passado por cinco presidentes militares: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). Foi no governo do então presidente General Ernesto Geisel, que a preocupação com a abertura política teve início. Uma abertura lenta, gradual, segura e “extremamente prolongada”(Zaverucha, 1998). A preocupação nesse momento era que essa

transição, ou seja, essa abertura, demorasse o máximo possível e que, de alguma forma, pudesse favorecer aos militares. Esse período de transição só concluiu-se no governo de João Figueiredo.

Em 15 de janeiro de 1985, com o fim do regime militar, o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves para a presidência e José Sarney para vice. Com a eleição de Tancredo Neves, o Brasil teria seu primeiro civil desde 1964, isto é, depois de Jânio Quadros. No entanto, seu governo não é consolidado, Tancredo morre em 21 de abril de 1985, data essa que José Sarney prestou juramento para assumir a presidência.

### **As Forças Armadas e o Comunismo: a Doutrina de Segurança Nacional**

Para entendermos a história da influência da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, precisamos entender a sua origem, assim como a da criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1945 é formado nos Estados Unidos o Colégio Nacional de Guerra - National War College. O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, lutando nos campos da Itália sob a direção do Exército norte-americano, o que proporciona uma maior aproximação das Forças Armadas brasileiras com os Estados Unidos.

No Brasil, a Escola Superior de Guerra surge em 1949, contando com uma missão norte-americana responsável por orientar e auxiliar os colegas brasileiros na implantação da Escola durante doze anos. Assim, a ESG é fundada com objetivos bem definidos: “formular uma doutrina para a segurança nacional; e partindo de um ponto básico: o de que esta deixou de ser um assunto meramente militar para depender do ‘potencial geral da nação’” (MARTINS, 1986, p.12), dessa forma, seu vínculo era, sem dúvida com o Projeto

Nacional. Percebe-se, portanto, que a ESG surge quando estava em curso o reordenamento das relações internacionais que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial.

Para Comblin, essa doutrina é àquela que “vem dos Estados Unidos e é transmitida quase sem modificações nas Escolas de Segurança Nacional da América Latina” (COMBLIN, 1978, p.22). Isso não foi diferente no Brasil. Dessa forma, os dois principais pontos de referência teóricos das Forças Armadas brasileiras, teriam sido a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) da Escola Superior de Guerra (ESG) e a teoria da contra-insurreição, ambas provenientes dos Estados Unidos no auge da Guerra Fria. Elaboradas no quadro de referência ideológica aceita pelo conjunto das Forças Armadas na luta contra o comunismo. Portanto, os Estados Unidos foram os maiores difusores da doutrina anti-subversiva, organizaram centros para o ensino dos princípios da luta contra a subversão, enviaram assessores e instrutores a vários países e difundiram sua ideologia e sua doutrina.

O conceito de segurança nacional segundo a definição da Escola Superior de Guerra, era assim explicado:

“Grau de garantia que – através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares – o Estado proporciona à Nação para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões, existentes ou potenciais” (MARTINS, 1986, p. 10).

Com um campo de ação muito vasto, a principal concepção da Escola Superior de Guerra no período da guerra fria era a idéia da internalização da guerra, segundo a qual a ameaça era provocada pelo inimigo interno, pois ele poderia solapar as instituições nacionais em conluio com o inimigo externo, dessa forma, a agressão externa perde seu posto nas questões de segurança. Afinal, a existência de um inimigo subversivo, mesmo

que ainda pequeno, garante a importância social das Forças Armadas, atribuindo-lhe tarefa permanente. É dentro de um quadro de conflito entre Oriente e Ocidente que a Doutrina de Segurança Nacional eleva essa missão civilizadora e submete as atividades da nação à sua política de segurança.

Na Doutrina de Segurança Nacional a distinção existente entre Exército e política desaparece. Com isso, “o exército assume cada vez mais as funções da política: trata-se do mesmo inimigo, dentro e fora” (COMBLIN, p.221). Segundo Comblin:

“A Doutrina de Segurança Nacional destruiu a política e substituiu-a por um Estado de guerra e a mobilização geral permanente. Para Estados fracos e instáveis como os dos países em via de desenvolvimento, tal doutrina faz uma devastação: destrói o paciente trabalho de décadas para socializar, conscientizar e organizar uma nação” (COMBLIN, 1978, p. 218).

Apesar dessa doutrina dar corpo à ESG e permitir a constante intervenção das Forças Armadas brasileiras, principalmente o Exército, na política, ela não garantia aos militares a sustentação necessária para o combate à ameaça de subversão interna. No entanto, mesmo assim, as Forças Armadas seriam portadoras dessa missão civilizadora e deveriam defender a comunidade ocidental Cristã do comunismo ateu. Afinal, “agora o inimigo é um só, o comunismo internacional” (MARTINS, 1986, p.56). Vale lembrar que, “não sem razão aqui [no Brasil] foi implantado o primeiro regime de Segurança Nacional da América Latina, com o golpe de 1964” (MARTINS, 1986, p.15).

Na visão da DSN, “a guerra revolucionária é a estratégia do comunismo internacional para os países da Ásia, África e América Latina. E tem como característica

principal o envolvimento da população do país-alvo, numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à ‘conquista das mentes’”(MARTINS, 1986, p.30).

Segundo Comblin a Doutrina da Segurança Nacional proporcionava aos militares um poderoso “instrumento para governar o país”, e o destino do Brasil estava intimamente ligado ao dos “Estados Unidos, no seio da guerra fria” (COMBLIN, 1978, p.157). Dessa forma a Doutrina de Segurança Nacional tende a absorver a política interna na política externa, na medida em que os conflitos internos são, supostamente, apenas resultado da ação do inimigo externo. Já que todos os conflitos internos são suscitados ou manipulados pelo ‘comunismo internacional’, a estratégia da segurança interna é apenas um aspecto da estratégia de segurança nacional. “Este é o sentido imposto pela Doutrina da Segurança Nacional: nenhum conflito interno para que a nação inteira possa dedicar ‘a guerra externa’. Mais ainda: todo conflito interno é a expressão do inimigo externo” (COMBLIN, 1978, p.220). Enfim, como vimos, a Doutrina de Segurança Nacional configura uma verdadeira ideologia que constituiu o fundamento do regime autoritário, que foi imposto ao povo brasileiro pela força das armas desde 1964 e que perdurou por cerca de vinte anos.

Portanto, os estudos da Escola Superior de Guerra naturalmente influenciaram o pensamento militar estratégico brasileiro e este a despeito da motivação, durante muito tempo esteve condicionado pela concepção estratégica americana. Dessa forma, o ponto de vista da Segurança Nacional fez com que a população nacional e os povos vizinhos fossem vistos como um grande grupo de ameaças, isto é como “perigos que é necessário conter” (COMBLIN, 1978, p.226). Afinal, a “segurança nacional tem que levar em conta as possibilidades, mais ainda que os fatos em si” (COMBLIN, 1978, p.226).

### **As Forças Armadas e o Comunismo: O Araguaia<sup>13</sup>**

Para se compreender a dimensão da Guerrilha do Araguaia é necessário analisar historicamente, este capítulo da história brasileira. Como sabemos, foi um movimento organizado pela esquerda, mais especificamente pelo Partido Comunista do Brasil, durante o regime militar. Estabelecido desde 1966 na região amazônica, este movimento esteve em ação desde abril de 1972, quando o Exército realizou o primeiro ataque às forças de guerrilha, até janeiro de 1975, quando as forças de repressão promoveram a “limpeza da área”, como veremos a seguir.

Para a realização da guerrilha foi escolhida, pelos militantes do PC do B, a confluência de três estados do país: Maranhão, Pará e Goiás, próximo ao rio que deu nome ao episódio, o Araguaia. A região correspondia às características dos estudos feitos pelo partido, uma vez que era o interior considerado o lugar ideal para o desenvolvimento da luta, por acreditarem que a região estava abandonada pelo governo, era uma área extensa e de difícil acesso. Além disso, compreendia uma superposição de comandos: o Comando Militar da Amazônia, a 10ª Região Militar, em Fortaleza, e a Região Militar do Planalto, em Brasília. Essa superposição de comandos implicaria num conflito pelo controle e comando das operações, dificultando o plano de ação das Forças Armadas brasileiras.

O objetivo do PC do B era desencadear ações armadas, estabelecendo uma guerra popular prolongada, estratégia tida, pelo partido, como a única maneira de construir um governo revolucionário. Dessa forma, era de grande importância a participação da população local, isto é, do campesinato, na guerra de guerrilhas, para o êxito da luta revolucionária (GORENDER, 1988).

---

<sup>13</sup> Ver minha monografia de conclusão de curso, *A Guerrilha do Araguaia: um estudo da doutrina e das operações das Forças Guerrilheiras*. Universidade Federal de São Carlos. 2000.

Nesse quadro, a partir de 1966 os militantes do partido começaram a se deslocar das cidades para o campo. Por volta de 1972 completa-se o número de 69 guerrilheiros. Procuraram chegar à região sem alarde, se estabeleceram como pequenos comerciantes e agricultores, fazendo amizade com a população: faziam trabalho social, dando aulas para as crianças da região, fornecendo remédios, e até mesmo alguns cuidados médicos. Com o comércio de alimentos e remédios era possível fazer compras maiores destes produtos, abastecendo o exército guerrilheiro e sem levantar suspeitas.

Esses 69 guerrilheiros se dividiram em três destacamentos: o destacamento A (que se localizava na região de Apinajés), o B (região de Gameleira) e o C (em Caiano), além de uma Comissão Militar. Estavam localizados no sul do Pará, por corresponder às características dos estudos feitos pelo PC do B de como deveria ser o cenário da guerra popular prolongada. Após se fixarem, passaram a dividir seu tempo entre trabalho rural para subsistência e os treinamentos militares.

O treinamento militar dos integrantes do partido era intenso, acordavam muito cedo, faziam ginástica de características militares. Treinavam emboscadas (tática muito utilizada em guerrilhas) que procura surpreender o inimigo, destruir suas tropas, inquietá-lo e pegar suas armas. Além da prática tinham também aulas teóricas, onde tinham noções básicas de guerra regular e irregular, guerra de guerrilhas, guerras justas e injustas.

Não possuíam grande quantidade de armas, o que se tornou um ponto fraco da guerrilha, do ponto de vista dos militantes do PC do B. Afinal era necessário que tivessem armas suficientes para conter as Forças Armadas e aumentarem o potencial bélico às custas destes inimigos, sendo essa uma das características de uma guerra de guerrilhas (CAMPOS FILHO, 1997).



Não existe consenso a respeito de como as Forças Armadas teriam tomado conhecimento do movimento guerrilheiro que se organizava no sul do Pará. Dirigentes do PC do B acreditam na delação de uma integrante do grupo, que teria abandonado o movimento pouco tempo antes (POMAR, 1980). Oficiais do Exército não acreditam nessa hipótese, alguns deles afirmam que o movimento teria sido descoberto por acaso, numa perseguição à MOLIPO no norte de Goiás, enquanto outros remetem a uma missão de treinamento que estava sendo realizada no Araguaia por acreditarem que vários focos guerrilheiros se desenvolviam pela região (PORTELA, 1979). O certo é que os integrantes do grupo foram pegos de surpresa, pois não esperavam ser descobertos pelo Exército naquele momento, quando ainda não estavam completamente preparados, tanto tática como estrategicamente.

Mesmo com pequena quantidade de armas, foram necessárias três campanhas<sup>14</sup> das Forças Armadas, com um efetivo muito maior de homens para vencer os 69 guerrilheiros. As lutas no Araguaia podem ser divididas em três etapas que constituem as três campanhas de cerco e aniquilamento empreendidas pelo Exército, tendo um período total de duração de dois anos e nove meses.

A primeira campanha foi desencadeada pelo Exército em abril de 1972, com um ataque inicial ao destacamento A e logo em seguida ao C, durou aproximadamente três meses, em que as Forças Armadas colocou no combate cinco mil homens.

Ao mesmo tempo em que os integrantes do PC do B não esperavam ser atacados, os militares subestimaram o grau de preparação e determinação dos militantes. As operações militares ocorreram principalmente nas estradas e povoados com pouquíssimas incursões

---

<sup>14</sup> Uma campanha é caracterizada pelos acontecimentos de um teatro de guerra num determinado período de tempo, é a efetiva participação das Forças Armadas em combate.

dentro da mata, devido ao grande despreparo dos soldados frente às ações guerrilheiras e à falta de trato com a população que em sua maioria eram amigos dos “terroristas”.

Percebe-se então que, apesar da denominação de cerco e aniquilamento, essa campanha caracterizou-se mais pelo cerco da região uma vez que as baixas do inimigo foram mínimas. As Forças Armadas fizeram das cidades de Marabá, Xambioá e Bacaba quartéis-generais do Exército, instalando nelas suas bases de combate. Ocuparam todas as rodovias do entorno: Transamazônica, Belém-Brasília, PA –70; e invadiram o rio Araguaia com lanchas.

Tudo foi preparado de acordo com uma “guerra convencional”. As Forças Armadas levaram para a região várias unidades do Exército, aeronaves da Forças Aérea, combustível, mantimentos, barracas, companhia de fuzileiros navais e pára-quedistas com curso de comando em operações especiais. Inúmeros equipamentos inúteis e inviáveis numa guerra de guerrilhas, além de recrutas inexperientes nessa modalidade de combate. Não levaram em consideração as especificidades desse combate, isto é, o ambiente amazônico e a guerra de guerrilhas (CABRAL, 1993).

Em julho de 1972, as tropas oficiais acabaram tendo que recuar moralmente derrotadas, uma vez que, com um contingente muito maior de soldados, não conseguiram acabar com o movimento guerrilheiro que, além de poucos combatentes, possuía armamentos de qualidade significativamente inferior. Foram três meses de uma campanha fracassada.

No intervalo entre a primeira e a segunda campanha os guerrilheiros aproveitaram para reorganizar seus trabalhos, tanto táticos quanto de conscientização da massa em relação à importância da luta armada. Para isso criaram as Forças guerrilheiras do Araguaia e a União pela Liberdade e Direitos do Povo. Estes últimos foram elaborados de acordo

com as necessidades, não só dos guerrilheiros, mas também as da população local, para a partir disso recrutar novos combatentes entre os camponeses.

As Forças Armadas retornaram dois meses depois de terminada a primeira campanha. A segunda campanha começou em setembro de 1972, desta vez com um efetivo de dez mil homens. Em termos militares, nada foi alterado nessa campanha. Assim como na anterior, o Exército utilizou a tática de cercar os guerrilheiros enquanto estes tentavam atraí-lo para dentro da floresta (PORTELA, 1979). Porém, as Forças Armadas passaram a utilizar algumas táticas diferentes. Elas tentaram conquistar a simpatia da população local procurando atendê-las em suas necessidades básicas mais urgentes, uma vez que a região era completamente esquecida. A chamada Operação Aciso, levava para a área todo o tipo de assistência médica, dentistas, até remédios e vacinas em grande quantidade, na tentativa de conseguir ajuda da população local na captura dos guerrilheiros.

Além disso, manter a imagem favorável das Forças Armadas tornou-se de primordial importância nesse momento, afinal, tudo levava a crer que a população local era a base de apoio dos guerrilheiros. Embora a população tenha utilizado todos os serviços prestados pelas Forças Armadas na Operação, a atitude desta não foi suficiente para acabar com a base de apoio dos guerrilheiros.

No entanto, o objetivo principal por trás da atividade assistencial era outro. Através dela foi possível ao Exército, em pouco tempo, obter o levantamento completo da população e da região, bem como as possibilidades de ajuda existentes. A Operação Aciso permitiu o conhecimento do terreno e da população, assim como os recursos disponíveis para as forças de guerrilha, a organização dessa força e suas atividades, o efetivo e a composição das forças inimigas e a ligação dos guerrilheiros com país estrangeiro.

A segunda campanha seguiu até outubro. Foram dois meses de campanhas frustradas para as Forças Armadas que se retiraram sem mais uma vez acabar com o movimento guerrilheiro e sua base de apoio, caracterizando-se como a campanha de menor duração e intensidade de toda a guerrilha. Nesse momento a guerrilha já começava a incomodar o regime militar na figura do presidente Médici, embora, devido à extrema censura da época, não tenha chegado a ameaçar o governo. Nesta campanha, mais uma vez, os soldados utilizados pelo Exército eram despreparados. Percebendo isso, os guerrilheiros passaram a utilizar táticas de guerra psicológica. Como conheciam muito bem a mata e, por estarem os recrutas vestidos com roupas militares de fácil localização, os guerrilheiros passaram a fazer uso de estratégias de guerra psicológica, como por exemplo atirar e se esconder, deixando os soldados em pânico.

Após terem perdido mais essa campanha os militares recuaram, proporcionando um período de trégua em que não houve qualquer tipo de combate entre os dois lados. Esse período de trégua consentida durou cerca de um ano (outubro de 1972 – outubro de 1973). Era parte do plano estratégico do Exército fazer com que a população e os militantes do partido acreditassem que eles não estavam mais presentes. No entanto, durante essa trégua, o Exército tomou as medidas necessárias para desmobilizar totalmente a guerrilha, tanto na região do Araguaia quanto nas cidades. Neste período, as Forças Armadas aplicaram a chamada operação de inteligência, para, de uma vez por todas aniquilar, os “terroristas”.

Como perceberam que não conseguiriam o apoio da população, começaram a enviar agentes disfarçados, os chamados “secretas” que, diferentemente da ação Aciso não tinha como objetivo conquistar a confiança da população, mas sim informações sobre o paradeiro dos guerrilheiros, qualquer que fosse o método necessário para isso, fazendo uso, até mesmo, de métodos de tortura (seguindo o modelo da DSN). Até o fim desse período, as

forças de repressão já haviam fichado cerca de 400 moradores, principalmente os homens, que eram mais úteis como guias na mata. Antes do início da terceira campanha a área já estava toda mapeada e os moradores devidamente fichados.

Como os militantes sabiam que as Forças Armadas retornariam, aproveitaram para reorganizar suas táticas, desenvolver o trabalho político esclarecendo o motivo da luta e recrutar pessoas da população local, conseguindo cerca de dez adesões, e efetuando também a preparação de bons locais para refúgio e para ações de fustigamento e emboscadas, além da intensificação do preparo militar. Tinham como preocupação estratégica tentar evitar erros que levaram a perdas nas duas outras campanhas.

As operações militares se deram também nas principais capitais do país. O Exército tratou de dismantelar toda a estrutura do partido a fim de impedir que qualquer tipo de auxílio fosse enviado da cidade ao campo e, com isso, impediu a realimentação da guerrilha com armamentos e pessoal para o combate. Portanto, investiram contra todas as possíveis ligações do PC do B nas capitais.

Dentro do Exército também houve mudanças significativas para a recuperação das forças de governo. As operações que durante a primeira e a segunda campanhas estavam sob o comando do general do Exército Antonio Bandeira, foram transferidas ao comando do general Hugo Abreu, da Brigada de pára-quedistas do Exército, os recrutas foram substituídos por tropas especializadas. A Brigada de pára-quedistas do Exército, com sede no Rio de Janeiro, foi posta em combate. Essas tropas de elite se diferenciam das até então utilizadas por receberam treinamento para a sobrevivência na selva, cursos especializados, teórico e prático, de guerra antiguerrilheira e comando. O preparo das forças enviadas ao Araguaia foi realizado no sul, enquanto os pára-quedistas receberam treinamento antiguerrilha em Xerém, no Rio de Janeiro.

Assim, as forças militares prepararam durante um ano o novo ataque à Guerrilha. A terceira campanha começa após um ano de trégua, em outubro de 1973, e marca a mudança de atitude das Forças Armadas, com a reformulação geral da estratégia e das táticas de combate, baseadas totalmente na guerra antiguerrilha. Vencer era agora a única alternativa para as Forças Armadas, já com a moral abalada pelas duas derrotas consecutivas.

As forças de governo retornam de maneira fulminante à região e passam a agir em duas frentes: procurando conquistar o apoio da população local e combatendo os guerrilheiros diretamente através da operação de força<sup>15</sup>. Desta vez quem subestimou o inimigo foram os militantes do PC do B. Não se sabe ao certo o número de militares envolvidos nesta campanha, estima-se algo entre três a cinco mil homens, no entanto, agora a maioria deles especializados em guerra de guerrilhas, com treinamento na selva. Essencial também foi a ajuda de alguns mateiros. Parte desses mateiros ajudaram o Exército em troca de dinheiro, a maioria sob tortura e ameaças às suas famílias. Os métodos de tortura foram utilizados em larga escala sobre a população local, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, a fim de se obter informações do movimento guerrilheiro, o que criou desespero entre a população local, e a levou a denunciar ações guerrilheiras.

Os guerrilheiros já haviam sido alertados sobre a presença de tropas na mata, porém subestimaram o potencial inimigo, devido às duas vitórias anteriores, o que proporcionou às Forças Armadas brasileiras fazer todo o cerco da área. Esse cerco aumentou até o final de 1973 e a guerrilha se reduziu a um confronto desigual. Mesmo com poucos combatentes por parte dos militantes, porém, a luta se estendeu durante o ano de 1974.

---

<sup>15</sup> O Exército era o líder de comando na área; o Serviço de Inteligência trabalhava mais nos interrogatórios.

As tropas do Exército entraram por diferentes pontos: rodovia Transamazônica, municípios de São Domingos, Metade, Brejo Grande e São Geraldo. A operação foi desencadeada pelo terror empreendido contra os moradores da região. A época que as Forças Armadas escolheram para fazer essas incursões também fez parte de sua estratégia: era a época de chuvas. Embora a movimentação na mata seja mais difícil nessa época do ano, as chuvas dificultaram aos guerrilheiros apagarem seus rastros, facilitando dessa forma sua localização.

Em dezembro de 1973 a guerrilha sofre um duro golpe. Esperando uma trégua para o Natal, o Comando Militar do PC do B, encontra-se na mata com uma operação de pára-quedistas que o aniquila, escapando vivo dessa operação, só um dirigente do partido Ângelo Arroyo. A estratégia de cerco e aniquilamento envolveu o movimento guerrilheiro em seu conjunto, procurando desestruturar a organização do Partido Comunista do Brasil nas cidades, evitando com isso que fosse enviado apoio aos guerrilheiros em combate. Assim, a boa condução dos procedimentos táticos levaria à vitória total sobre a guerrilha, isto é, ao sucesso estratégico das Forças Armadas.

A grande maioria dos militantes não foram mortos em combate, mas sim torturados, para logo após, muitas vezes, voltarem para a mata, a fim de mostrar o local exato onde estavam armazenados alimentos e roupas. Em seguida iam fazer “uma viagem”, forma como os militares se referiam ao assassinato dos guerrilheiros (CABRAL, 1993). As ordens dirigidas de Brasília eram para que as operações se encerrassem até 31 de janeiro de 1975 e que tudo o que pudesse vir a ser usado como prova da existência da guerrilha fosse destruído. Foi o que realmente aconteceu: até o dia 20 de janeiro, todos documentos foram destruídos e do dia 20 ao dia 31 foi realizada a “Operação Limpeza”, que se tratou da localização e exumação dos corpos, que foram levados de helicóptero até uma região

escolhida pelo Exército onde eram jogados um em cima do outro em meio a pneus para serem queimados, era na verdade, uma queima de arquivo (CABRAL, 1993).

Assim chegam ao fim as operações no Araguaia e, apesar de todos os vestígios do combate na região terem sido eliminados, ainda faltava algo. Dois anos após o fim das lutas no Araguaia, em 16 de dezembro de 1976, o Exército invadiu uma reunião clandestina da organização do Partido Comunista do Brasil, matando três dirigentes, entre eles Ângelo Arroyo, esse episódio ficou conhecido como “Massacre da Lapa”. Agora sim, nada havia restado sobre a guerrilha que pudesse comprovar sua existência<sup>16</sup>.

Percebemos dessa maneira que os guerrilheiros, organizados em torno de um ideal político e social, prepararam forças para a guerra de guerrilhas, mas apesar de todo o empenho, o movimento não atingiu os objetivos desejados pelo Partido Comunista do Brasil, mesmo com um trabalho político, a guerrilha não se transformou em luta do povo. No que se refere ao Exército, sua maior preocupação era abafar rapidamente todo e qualquer movimento de oposição ao regime, para isso fez amplo uso da DSN, afinal, segundo essa doutrina uma “guerra revolucionária” é a estratégia do comunismo internacional para os países da América Latina, dessa forma a “obrigação” das Forças Armadas era defender o povo dos comunistas.

Portanto, nosso interesse em ter estudado a Guerrilha do Araguaia nesse trabalho foi o de apresentar o conflito em que estiveram envolvidos os dois atores dessa dissertação: as Forças Armadas brasileiras e o Partido Comunista do Brasil. Mostramos que no passado recente de nosso país ambos se enfrentaram violentamente, tendo as Forças Armadas,

---

<sup>16</sup> A Guerrilha do Araguaia foi derrotada pelas Forças Armadas sob o comando do General Hugo de Abreu. Ela caracterizou-se por ser o maior movimento de guerra irregular existente no Brasil neste século. Em três anos de combate, o Exército empregou um efetivo muito representativo no combate a cerca de 69 guerrilheiros, constituindo-se na maior movimentação de tropas nacionais desde a inserção da FEB na II Guerra Mundial (CAMPOS FILHO, 1997).



praticamente, dizimado todo o Partido. No entanto, hoje, pouco mais de trinta anos após o início do conflito, os comunistas do PC do B e os militares das Forças Armadas ao que parece estão, de certa forma, se aliando. Fato esse que só poderemos afirmar na conclusão desse trabalho.

### **As Forças Armadas e os Estados Unidos da América: sob a Guerra Fria**

Eram vários os defensores do regime militar no Brasil, principalmente no seu início, sendo que o governo dos Estados Unidos foi um deles. Entusiástico defensor, foram várias as demonstrações de apoio, como a mensagem de congratulações enviada pelo presidente Lyndon Johnson horas depois do golpe, afinal parecia, aos olhos dos estadunidenses, uma reação lógica as investidas esquerdistas (SKIDMORE, 1988).

Como lembra um analista de nossas relações internacionais:

“A política externa do governo Castelo Branco teve principal característica, um projeto estratégico centrado na direta associação com os Estados Unidos. A própria derrubada do governo Goulart e implantação do novo regime ocorreu com o apoio direto de Washington, apesar dos constantes desmentidos das autoridades norte-americanas na época” (VIZENTINI, 1998, p.37).

Skidmore também afirma que os Estados Unidos da América sempre estiveram do lado dos governos militares brasileiros. Era promovida a “imagem dos Estados Unidos como o poder onipresente, pronto para fornecer dinheiro, tecnologia e assessores para todas as necessidades do desenvolvimento brasileiro”, o que prevaleceu durante todo o período desses governos (SKIDMORE, 1988, p. 88). No entanto durante o governo Costa e Silva essa relação apresentou alguns desgastes, devido, segundo Vizentini, à priorização do

nacionalismo. Os rumores sobre a internacionalização da Amazônia, foram um dos pontos principais que afetaram as relações Brasil – Estados Unidos (VIZENTINI, 1998). Assim, em dezembro de 1967, Costa e Silva declara na ESG que:

“o desenvolvimento seria o objetivo básico do governo, condicionando toda a política nacional, tanto no campo internacional como nas relações com o exterior. Neste contexto, reafirmou a soberania nacional sobre a região, e a necessidade de desenvolvê-la economicamente”(VIZENTINI, 1998, p.97).

Mas, Costa e Silva, “de uma forma geral, conseguiu manter a relação Brasil-EUA em termos razoáveis”(VIZENTINI, 1998, p.93). Já no governo Médici (1969 a 1974), período considerado o mais brutal da ditadura militar a censura imperava e a repressão era fortíssima vários órgãos de repressão foram criados, a fim de praticar:

“largamente prisões arbitrárias, tortura, seqüestros e mortes, muitas vezes sob orientação de agentes norte-americanos. Grupos civis de extrema direita, como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), também participavam da repressão e organizavam atentados, que não estavam voltados unicamente contra os guerrilheiros”(VIZENTINI, 1998, p.133).

Durante o governo Geisel, aumentaram as tensões Brasil-Estados Unidos: dessa vez eles se deram principalmente em torno de duas “questões políticas relacionadas: a tecnologia nuclear e os direitos humanos”, mas, para não fugir à regra desse período, nem tudo foi desentendimento no governo Geisel, mesmo sendo o momento mais sério de desacordos entre os dois países (VIZENTINI, 1998). Mas, foi no ano de 1982 que, “a guerra comercial entre Brasil e EUA chegou ao ápice: discussões, ameaças e denúncias

davam o tom das relações bilaterais, num confronto só comparável ao ano de 1977, quando o presidente Geisel rompeu os acordos militares entre os dois países”(VIZENTINI, 1998, p.286).

Portanto, durante o regime militar (1964-1985) e conseqüentemente durante a guerra fria (1947-1989), os Estados Unidos foram um poderoso aliado dos militares brasileiros, mesmo com alguns conflitos entre um governo e outro. Já os comunistas representavam o grande perigo para a sociedade e para o território nacional.

O que unia os dois países na época foi assim resumido:

“Todos os principais geopolíticos brasileiros têm considerado os EUA como um aliado importante, já que ambos os países compartilham do interesse estratégico comum de preservar os países americanos de ameaças militares e ideológicas extracontinentais. De igual forma, Brasil e EUA são considerados nações ocidentais, com políticas de defesa semelhantes para a manutenção de um equilíbrio de poder favorável entre as regiões do norte e do sul do Atlântico respectivamente [...]” (KELLY, 1988, p. 69).

Dessa forma, concluímos que realmente as Forças Armadas durante a Guerra Fria sempre mantiveram contatos e de alguma forma se aliaram aos Estados Unidos. E agora com o fim da guerra fria, o que pode ter mudado para as Forças Armadas brasileiras? Será que suas antigas posições ainda prevalecem?

O conteúdo dessa mudança foi definido assim por um analista: “passa ocorrer no País uma acentuada preocupação com os países desenvolvidos que almejam o ‘enfraquecimento das Forças Armadas das nações secundárias’ a fim de torná-las presas mais fáceis para seus discriminatórios objetivos” (OLIVEIRA, 1994). Este será, portanto, um dos temas tratados no próximo capítulo.

## **- Capítulo III -**

### **Esquerda e Forças Armadas no Brasil do Pós-Guerra Fria**

O capítulo aqui apresentado tratará de assuntos atuais relacionados basicamente ao período do pós-Guerra Fria, ou seja, às repercussões ocasionadas dentro da instituição militar com o advento da nova ordem mundial, assim como a possível crise de identidade pela qual as Forças Armadas passaram, principalmente logo após a derrubada do muro de Berlim, quando o inimigo principal (os comunistas), não representavam mais tanto perigo. Além disso, perceberemos se houve alguma mudança significativa na relação das Forças Armadas com os Estados Unidos, assim como com a esquerda, principalmente, com o PC do B atual. Veremos também a posição dessa instituição em relação à defesa da soberania nacional e a relevância que é dada pelos militares a esse assunto, especialmente no que se trata a defender a soberania amazônica. Uma coisa é certa, com o fim da Guerra Fria os conceito de defesa e de segurança nacional estão passando por um significativo processo de redefinição.

## **As Forças Armadas e o fim da Guerra Fria**

Para Martins Filho, já no segundo semestre de 1989 começaram a surgir nos textos militares “os primeiros indícios de preocupação com a rapidez das mudanças no panorama mundial e suas possíveis conseqüências para o país”. Para aquele autor, comprova essa preocupação a frase do chefe adjunto da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG: “Constatamos um cenário complexo e aparentemente pouco favorável ao Brasil”. (MARTINS FILHO, 1995, p.5).

Como se sabe, a queda do muro de Berlim, anunciou um novo período da história, que passa a ser chamado de “Nova Ordem Mundial”. Essa nova ordem é caracterizada basicamente pela queda dos regimes comunistas e conseqüente diminuição de sua influência no cenário mundial<sup>17</sup>, pelo fim da Guerra fria e do conflito ideológico e, de certa forma, como conseqüência desse processo, entre outras coisas, pelo questionamento sobre o destino das Forças Armadas dos países do terceiro mundo, onde o Brasil está incluído.

Dessa forma, no caso do Brasil, o impacto do fim do regime militar (1985) foi acentuado com o advento da Nova Ordem Mundial. Assim, no pós-guerra fria a questão da *função* das Forças Armadas passou a assumir um conteúdo bastante diferente. O espaço passou a ser reservado para o debate da “*necessidade* das Forças Armadas, em seus moldes clássicos, no Brasil pós-guerra fria” (MARTINS FILHO, 1995, p. 4).

Essa situação causou uma fase de crise de identidade dentro da instituição militar. Afinal, houve uma significativa mudança no quadro de referências políticas e até mesmo institucionais. Segundo Oliveira “o grande tema da crise de identidade das Forças Armadas” refere-se a sua importância para o Estado Nacional, isso é, com o fim do

---

<sup>17</sup> No caso do Brasil, uma diminuição significativa do que era considerado ameaça subversiva, representada pelos comunistas.

confronto bipolar e sem problemas aparentes de fronteiras com os países vizinhos, qual a justificativa para a necessidade de Forças Armadas? Para o analista, “resposta que contribuiu para agravar a crise de identidade militar afirmou que as Forças Armadas poderiam deixar de existir em razão do fim do grande confronto mundial [...]”(OLIVEIRA, 1994, p.203).

Nesse quadro mais geral, grande parte da preocupação dos militares brasileiros voltou-se ao que eles viam como pressões externas, principalmente dos estadunidenses. Por exemplo, desde que a guerra fria terminou, os Estados Unidos da América se empenham em arregimentar as Forças Armadas da América Latina na luta contra o narcotráfico.

Com efeito, o ex-secretário de Defesa norte-americano Robert McNamara<sup>18</sup> passou a defender a redução de orçamentos militares em países como o Brasil. Essa discussão se tornou pública, conforme podemos perceber nesta breve citação retirada do jornal O Globo: “O processo de desmantelamento das Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente a partir do término da bipolaridade. A nova doutrina do Pentágono tenta desviar as Forças Armadas de países latino-americanos de suas nobres funções protetoras de seus Estados” (O GLOBO, 03/02/00).

Como vemos, na verdade, o que o governo americano parecia procurar para as Forças Armadas brasileiras, assim como para todas as Forças Armadas da América Latina, no pós-Guerra Fria, foi seu rebaixamento à condição de polícias nacionais voltadas básica e principalmente ao combate ao narcotráfico.

Como era de se esperar, os militares saem em defesa própria e de sua instituição, para justificar por que é necessária a existência de Forças Armadas capazes. Sem deixar de

---

<sup>18</sup> Robert S. McNamara, foi secretário de defesa dos presidentes Kennedy e Lyndon Johnson. Durante seu secretariado criou a Defense Intelligence Agency (DIA) para centralizar a produção de informações estratégicas.

mencionar os novos temas, os pensadores militares destacam a permanente necessidade de defender a soberania nacional:

“o alívio permitido pelo desaparecimento das ameaças do comunismo internacional foi substituído por ameaças preocupantes em nossas regiões fronteiriças, principalmente no vazio demográfico da fronteira Norte, onde vem se agravando os perigos de violação territorial pelo narcotráfico, pelo contrabando de ouro e outros minerais e pelas pretensões desnacionalizantes de tribos indígenas apoiadas por organizações internacionais, podemos afirmar que, em termos de segurança interna, na vasta e desocupada região fronteiriça amazônica, cuja responsabilidade somente as forças armadas têm meio para proteger, crescem dia a dia as ameaças à nossa soberania”. (MEIRA MATTOS, 1992, p. 36).

Assim, muitos analistas afirmam que, com o fim da guerra fria abriu-se caminho para que a contradição já existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se tornasse mais direta e perceptível (VESENTINI, 2000, p.53). Como o principal representante dos países desenvolvidos é os Estados Unidos, as atenções militares voltaram-se para essa potência. Portanto, como com o fim da Guerra Fria o risco para o país não é mais representado pelos comunistas, os militares passaram a afirmar que se for preciso defender o Brasil será do “Primeiro Mundo” e os Estados Unidos é o único país que será capaz de nos ameaçar. Não por acaso, num artigo do brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, publicado na *Revista da Escola Superior de Guerra*, defendia - se que, com o fim da guerra fria, surge um novo tipo de polarização mundial, isto é, “uma clara distinção” entre os ricos do hemisfério norte e os pobres do hemisfério sul (FEROLLA, 1994).

Agora o perigo passa vir do norte: aí está a percepção da ameaça na nova ordem mundial. Dessa forma é preciso ter em mente que, ao olhos dos militares mesmo que o

muro de Berlim tenha se tornado pó e o grande conflito ideológico Leste/Oeste tenha sido superado, isso não quer dizer que as Forças Armadas nacionais devam deixar de existir. Afinal, a defesa da soberania nacional continua sendo essencial. Segundo o almirante Armando Vidigal “o fim da guerra fria implicou a mudança de um sistema de alta confrontação e baixa instabilidade para um sistema de baixa confrontação, mas alta instabilidade”(VIDIGAL, 1991,p.13-14).

### **Os Estados Unidos e as novas funções**

Como vimos, a partir de 1989 passou-se a indagar qual a função ou papel das Forças Armadas brasileiras. Afinal, durante a Guerra Fria, havia um referencial na doutrina estratégica brasileira, e com o fim desse período parece ter ocorrido uma desestruturação na base dessa doutrina. “A soberania sobre o território, um tema que permaneceu inteiramente subordinado à estratégia da contenção do comunismo ao longo de toda a guerra fria, volta agora com força revigorada. Em razão da nova ordem mundial, do conceito do direito de ingerência [...]”(OLIVEIRA, 1994, p.253). Anteriormente, no quadro mais amplo da Doutrina de Segurança Nacional, as Forças Armadas, como vimos, elegeram a esquerda comunista como seu principal inimigo; agora o inimigo parece ter mudado.

No novo quadro, a discussão de qual seria o papel das Forças Armadas levanta a possibilidade de colocá-las no combate ao narcotráfico, sendo os Estados Unidos o principal defensor dessa idéia. Já para as Forças Armadas brasileiras, sua principal função deveria ser a de defesa do território e da soberania nacional, nas palavras contidas em documento oficial das Forças Armadas: “A defesa contra agressões externas concretiza, em si mesma, a missão fundamental das Forças Armadas” (BRASIL, 1996, p. 26).



Martins Filho, em trabalho apresentado no 2º Encontro Nacional de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo (1995) fazia um primeiro balanço sobre o “pensamento, a evolução e as características do pensamento militar brasileiro pós-guerra fria”. Para ele, a discussão “sobre a função dos militares está profundamente marcada pelos acontecimentos no *front* externo”, e na nova conjuntura, a preocupação militar com a tutela externa sobre a nação brasileira se acentuou.

Martins Filho conclui que o foco das preocupações das Forças Armadas brasileiras, numa direção já perceptível desde meados dos anos 70, deslocava-se para a preocupação com as desigualdades Norte/Sul. Nesse quadro, passavam a ser freqüentes as reflexões sobre os riscos colocados à ordem mundial pelo poder sem limites dos Estados Unidos, assim como pelo perigo das noções de soberania limitada ou restrita, em ascensão após o fim da Guerra Fria.

Assim, defender a Pátria<sup>19</sup> significa preservar a independência, a autodeterminação, a soberania; significa também, assegurar respaldo para a unidade nacional. É certo que a discussão sobre Soberania sempre esteve em voga dentro da instituição durante o regime militar e a Guerra Fria, no entanto, com o advento da Nova Ordem Mundial volta revigorada. A defesa nacional não é preocupação exclusiva das Forças Armadas, como vimos no capítulo anterior, e como os próprios militares dizem, a defesa da soberania é “responsabilidade de toda sociedade” e não apenas das próprias Forças Armadas (BRASIL,

---

<sup>19</sup> Entre os vários serviços militares, é a “defesa da pátria” que constitui, o que mais comumente se pede às Forças Armadas. Numa primeira interpretação, “ ‘defesa da pátria’ significa *defesa de uma agressão externa ao território, ao espaço aéreo e às águas territoriais nacionais*. [...] Mais um serviço militar ligado em parte ao da “ ‘defesa da pátria é o que concerne à *salvaguarda da ordem pública e da estabilidade interna*. Este serviço é exigido, quer no caso de calamidades naturais, em que as Forças Armadas são empregadas em tarefas de socorro e proteção das zonas sinistradas, em colaboração com as forças de polícia, quer para um verdadeiro e autêntico controle da vida política e das suas manifestações de rua [...] as Forças Armadas assim utilizadas tornam-se instrumento de regulação interna dos conflitos e das tensões econômicas e sociais do país, chegando a desempenhar verdadeiras e autênticas atribuições policiais” (BOBBIO, 1995, p. 505-506).

1996). Assim, os militares deixam claro qual é sua maior preocupação no pós-Guerra Fria: a defesa da soberania nacional. Martins Filho e Zirker assim sintetizaram essa preocupação:

“pedra de toque das reflexões estratégicas do final do século: a defesa da soberania nacional, diante de um mundo onde velhos princípios da política internacional eram abandonados e no qual o realismo das grandes potências aparecia disfarçado de idealismo universalista”(MARTINS FILHO & ZIRKER, 2001, p. 261).

Em artigo publicado na *Revista Marítima Brasileira*<sup>20</sup> o Coronel Manuel Soriano Neto apresenta o que ele considera os novos riscos à soberania: “deve-se agregar à idéia de Estado os conceitos de independência e soberania, os quais são totalmente imbricados”(SORIANO NETO, 1997, p.159). Também nesse artigo, o autor debate as noções, citadas acima, de soberania limitada ou restrita, dever de ingerência e intervenção humanitária. Na sua visão, é preciso deixar claro que a soberania é indivisível e inalienável.

Nessa perspectiva, a Soberania do Estado é considerada sob o aspecto externo assim como sob o interno, onde a soberania interna é aquela em que o poder do Estado edita e faz cumprir, para todos os indivíduos que habitam seu território, leis e ordens, que não podem ser limitadas ou restringidas por nenhum outro poder; no que se refere à soberania externa, diz que significa que, nas relações recíprocas entre os Estados, não há subordinação nem dependência e sim igualdade.

Preocupações semelhantes aparecem em vários outros momentos desde o imediato pós-Guerra Fria, até em discussões mais atuais. Exemplo disso é o artigo de Dorival Huss,

---

<sup>20</sup> É interessante destacar que esse artigo já havia sido publicado quatro anos antes, em 1993 na revista *Defesa Nacional*, nº 761.

em *A Defesa Nacional*, onde ele destaca, ao seu ver, qual é a principal missão das Forças Armadas:

“As Forças Armadas têm a missão constitucional de defender o nosso território e promover a integração nacional. O Exército Brasileiro, particularmente, atua neste sentido desde a sua criação, incentivando a ocupação dos enormes vazios demográficos, através de suas investidas pioneiras” (HUSS, 1995, p. 141).

Para as Forças Armadas esses princípios são fundamentais porque dizem respeito à maneira própria de ser, à identidade dos militares. Identidade essa que, segundo Oliveira, passa por uma crise resultante de uma integração de processos políticos tanto nacionais como internacionais, e também está vinculada a um plano ideológico e a um estratégico (OLIVEIRA, 1994).

No novo contexto, entre outras coisas, as Forças Armadas passam a ser submetidas também a importantes restrições orçamentárias. Conforme apontou um estudioso:

“é do exterior que chegam não apenas as idéias neoliberais de redução do orçamento estatal como as mudanças que propiciam o surgimento do ultraje maior para as Forças Armadas: a tese da redução do aparelho militar e de sua adaptação a tarefas que elas consideram degradantes”(MARTINS FILHO, 1995, p. 13).

E não se trata de caso isolado, o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, então ministro do Superior Tribunal Militar, em entrevista à *Caros Amigos* de outubro de 1998, afirma que: “o inimigo do estado nacional é o hemisfério norte, principalmente os Estados Unidos”, reitera sua preocupação e critica: “agora, o que precisa é um governo nacionalista, um

governo que pense no país e não no exterior. Porque na hora em que abro as fronteiras, como estão abrindo só saio perdendo. O modelo tem que defender o interesse nacional”.

Diz ainda: “[...] infelizmente o inimigo é inteligente. O inimigo procura fomentar a separação entre a sociedade civil e as Forças Armadas [...]”. Para Ferolla:

“Se não tivermos um mínimo de capacidade para dizer ‘No meu território mando eu’, estamos perdidos. Daqui a pouco eles tomam conta para nos ‘proteger’, que aliás é a política deles. ‘Não precisa forçar mais a América do Sul, não na hora que houver problema eu vou aí resolver’” (Caros Amigos, 1998).

Enfim, no pós-guerra fria, os militares saem em defesa própria ao afirmarem que as Forças Armadas brasileiras sempre demonstram uma notável capacidade de adaptação às mudanças ocorridas no espaço e no tempo. A sua missão principal as identifica como o fator básico da manutenção da integridade do nosso território e da preservação da soberania nacional”: “As Forças Armadas devem representar a garantia da evolução e da permanência do Brasil nesses tempos de mudança” (BRASIL, 1996, p. 93) e concluem que estão cientes das responsabilidades das Forças Armadas que estão definidas no artigo 142 da Constituição Brasileira de 1988:

“O preceito constitucional estabelece que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica são instituições permanentes e regulares, que se destinam: à defesa da Pátria; à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. (BRASIL, 1996, p. 23).

## **A Defesa da Amazônia**

É nesse novo quadro que as Forças Armadas voltam a antigas preocupações com a tentativa de internacionalização da Amazônia. E com a “cobiça internacional que mal consegue disfarçar seu interesse por uma área vasta, tão rica e tão despovoada”(RIBEIRO, 1995, p. 49).

Essa preocupação é compreensível levando em consideração que o Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana, e que ela corresponde a mais da metade do território nacional e que:

“Vista a partir dos cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimo da população mundial. Definida pela fantástica massa florestal, a Amazônia sul-americana com 6500000 quilômetros quadrados envolve além do Brasil sete países fronteiriços” (BECKER, 1998, p. 9).

Os militares afirmam: “É nessa região inóspita, hostil, tanto física quanto psicologicamente, que avulta, sobremaneira, o significado da presença do Brasil através de suas Forças Armadas”. (BRASIL, 1996; p. 33).

Em 1985 o programa Calha Norte foi idealizado para enfrentar os possíveis desafios da Região Amazônica. Segundo Oliveira, a existência desse Projeto mostra a renovada importância dessa região para os militares, e além disso “torna indiscutível o fato de que a Amazônia comporta um componente militar que é indissociável da questão da soberania do Estado Nacional sobre o seu território”(OLIVEIRA, 1994, p. 278).

Em entrevista concedida ao antropólogo Piero de Camargo Leirner, o general Leônidas Pires também confirma o pressuposto da preocupação com a Amazônia: “O problema é a Amazônia, por si só. É a Amazônia com sua necessidade de nós dominarmos ela, com sua necessidade de fazê-la cada vez mais brasileira”. (Entrevista realizada em 20/09/1993, LEIRNER, 1997).

Além desse, podemos citar outros exemplos:

“o fato de ser predominantemente brasileira a Amazônia, área tão cobiçada, tão internacionalizada, segundo desejos e cada vez mais ampliados pelo conhecimento de seu conteúdo, [...]. Acrescente-se a isto a dirigidíssima curiosidade sobre a técnica de combate na Selva, quase que monocórdio assunto de ‘Intercambio Doutrinário’. Some-se a isto indisfarçadas propostas de realização de manobras conjuntas na Amazônia”( SORIANO NETO, 1992, p.).

E ainda:

“A Amazônia Brasileira, com sua densa floresta latifoliada, seus extensos rios, poucas estradas, e representando 43% do território brasileiro, por suas características fisiográficas, apresenta inúmeras óbices no emprego de grandes efetivos militares [...] Se a área dificulta o emprego de um exército no combate convencional, apresenta, em compensação, grandes facilidades para o surgimento de guerrilhas” (PEREIRA, 1989, p. 73).

Podemos ainda destacar a palestra proferida pelo General de Exército Zenildo de Lucena<sup>21</sup>:

---

<sup>21</sup> Palestra proferida, pelo então Ministro do Exército brasileiro, no Fort Leavenworth – KS (EUA), intitulada: *O Exército Brasileiro e a Amazônia* (s/d).

“a Amazônia é já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela orienta-se o destino do Brasil.

O Exército, presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando seu dispositivo pela instalação de diversas unidades de fronteira. Tais unidades representam pólos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania” (LUCENA, S/D).

Enfim, com todos esses dados, concluímos que a Amazônia possui também um significado político-estratégico muito expressivo, mas além do seu valor estratégico, “a Amazônia torna-se um símbolo da nacionalidade, da territorialidade e do preparo militar. Em outras palavras, símbolo da soberania e da missão militar no momento em que as ameaças soviética e Argentina deixam de existir no plano da defesa externa e o comunismo não configura mais referência para a defesa interna” (OLIVEIRA, 1994, p. 255).

### **Esquerda e Forças Armadas no Brasil do pós-Guerra Fria: um encontro de contrários?**

Ao longo deste trabalho vimos que, durante o período da Guerra Fria, as Forças Armadas tiveram como principal objetivo livrar o Brasil da ameaça comunista e tinham como aliado nessa tarefa os Estados Unidos. Mesmo antes da década de 60, o Brasil já havia deixado clara sua opção política pelo ocidente democrático e cristão, baseando toda sua Doutrina de Segurança Nacional nos moldes norte-americanos. Com o advento do regime militar essa “aliança” se intensificou, e os Estados Unidos apoiaram os militares durante a grande maioria do tempo em que o regime militar esteve em vigor.

Os tempos mudaram, hoje, no pós-Guerra Fria, com o advento da Nova Ordem Mundial, as relações entre os dois atores dessa dissertação, parece ter sido por eles próprios repensadas. Houve mudanças significativas nos discursos de ambos: por parte da esquerda, o PC do B continua se auto-denominando como um partido revolucionário, no entanto, percebemos que na realidade, hoje, a revolução dá lugar à defesa da nação. Nesse quadro, o partido consegue conciliar suas posturas de apoio a movimentos sociais, como o dos sem-terra, por um lado, e sua exigência de apuração dos acontecimentos do Araguaia, por outro, com um apoio a uma política nacionalista de defesa da soberania e da permanência das Forças Armadas.

Dessa forma, percebemos que, na realidade, hoje, o que une ideologicamente a esquerda e as Forças Armadas é a ênfase na defesa da soberania nacional, principalmente no que se refere à soberania da Amazônia, no novo quadro mundial. No entanto, essa preocupação com a defesa nacional, não impediu a superação das antigas visões militares sobre a ordem interna. Os documentos do SIPLEx (Sistema de Planejamento do Exército) (BRASIL, s/d) continuam a definir os movimentos sociais como problema de defesa nacional. Isso fica claro principalmente na hipótese de guerra “Alfa”, voltada explicitamente para a ordem interna, isto é, a preocupação com organizações “subversivas”:

“A concepção de emprego na defesa interna baseia-se, fundamentalmente, em ações permanentes de caráter preventivo [...], caso seja necessário o uso da força, a estratégia passará a ter um caráter essencialmente OFENSIVO, buscando resultados no mais curto prazo e preservando os valores da Instituição” (p. 12).



Portanto, torna-se impossível ignorar a dificuldade de identificação das posturas militar e de esquerda, se o ponto de união entre a esquerda e as Forças Armadas é a preocupação com a soberania da Amazônia, em contrapartida o ponto de desunião está relacionada com a ordem interna, ainda que, ao que parece, a ordem interna não seja, hoje em dia, a preocupação maior dentro da instituição. Mesmo assim, não podemos ignorar que os antigos pontos de conflito permanecem: a esquerda continua a pregar a transformação social e apoiar os movimentos sociais, enquanto os chefes militares continuam a considerar os movimentos sociais como focos de ameaça à segurança do país, mesmo que em segundo plano. No entanto, sabemos que isso não poderia deixar de ser, ou então ambos perderiam parte de suas identidades.

É devido a essas divergências doutrinárias que, para muitos, a aproximação defendida nesse trabalho parece ser, pelo menos à primeira vista, impossível. No entanto, provamos que não o é. Mesmo parecendo que a esquerda está mais disposta ou quem sabe preparada para a aproximação, ou seja, para um encontro. Como vimos, existe a tradição de se aliar a setores das Forças Armadas, principalmente aos nacionalistas. No entanto agora tudo evidencia que a aliança é com o conjunto da Instituição, haja visto que, com o advento do governo Lula, os militares passaram a apoiar o nome do deputado Aldo Rebelo (PC do B - SP) para a pasta da Defesa.

Aqui, é interessante destacar um trecho de autoria desse deputado, já citado no primeiro capítulo, onde ele realiza uma cacofonia interessante, numa clara tentativa de agradar as Forças Armadas. Se não houver uma leitura cuidadosa desse trecho, e se retirarmos Palmares e o Araguaia, podemos, até mesmo achar que, quem o escreveu foi um militar:

“a nação e o povo reunirão forças materiais e espirituais para enfrentar e derrotar as adversidades. Buscarão a inspiração a confiança no exemplo de nossos ancestrais [...] quando necessário fizemos escrever as letras de fogo nos montes dos Guararapes, no Quilombo dos Palmares, nos Dezoito do Forte de Copacabana, nos campos da Itália e nas florestas do Araguaia, as páginas mais sublimes de amor à pátria e à liberdade (REBELO, s/d).

O Deputado, neste trecho, intercala feitos “louváveis” das Forças Armadas, com outros nem tão heróicos assim, a fim de demonstrar a importância das Forças Armadas no Brasil atual. Cita, no referido texto, por exemplo, a Batalha do Monte Guararapes, momento histórico, de grande estima para os militares, tanto assim que hoje é no dia 19 de abril, data em que é dada como vencida a Batalha, que se é comemora o dia do Exército:

“A partir dessa epopéia, já não havia, apenas filhos de um mesmo território em torno de um simples ideal de libertação mas, sim as bases do Exército Nacional e da Nação, que se veriam confirmadas a 7 de setembro de 1822” (BRASIL, 1996, p.12).

Ao se referir aos “campos da Itália” exalta o feito das Forças Armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial, o que é motivo de extremo orgulho para os militares. Já no que tange à guerrilha do Araguaia, onde as Forças Armadas foram derrotadas pelo PC do B em duas campanhas só alcançando êxito numa terceira, tendo dizimado os comunistas, não se trata de um fato vangloriado pelos militares.

Portanto, no Brasil dos anos noventa, a aparente aproximação de pontos de vista de membros de partidos de esquerda, por um lado, e militares, não apenas os de alto escalão, por outro, quando se trata da necessidade de fortalecer a defesa da Amazônia, em nome da soberania do país, é de certa forma comum e tem se intensificado consideravelmente. Na

realidade, é às vezes difícil distinguir o discurso da esquerda, como vimos, do discurso militar sobre a defesa nacional. Essa aproximação conjuntural, entre os dois atores desta dissertação, só foi possível no quadro das transformações ocorridas a partir do final dos anos 80, principalmente no que tange o fim da guerra fria e o advento da Nova Ordem Mundial.

Podemos encerrar com duas citações:

“a Amazônia é já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela orienta-se o destino do Brasil.

O Exército, presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando seu dispositivo pela instalação de diversas unidades de fronteira. Tais unidades representam pólos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania” (LUCENA, S/D)

E por parte do PC do B:

“Faz-se campanha sorrateira, que se origina no exterior, visando a desaparecer militarmente o país. Os imperialistas não querem encontrar obstáculos aos seus propósitos de domínio [...] As riquezas do Brasil sempre foram cobiçados pelos monopolistas de fora, em particular as da Amazônia, uma das regiões do mundo que detém as maiores reservas minerais. Os imperialistas não escondem sua pretensão de internacionalizar a Amazônia. Realizam campanha com esse objetivo”(PC do B, 2001, p.41).

Dessa forma, o capítulo aqui apresentado tratou de assuntos atuais relacionados basicamente ao período do pós-Guerra Fria. Tivemos como objetivo, principalmente, evidenciar os pontos em comum entre nossos dois atores, e além disso, mostrar o porque passaram a concordar em alguns aspectos, como o da defesa da soberania amazônica.

Além disso, procuramos entender quais foram as repercussões ocasionadas dentro da instituição militar com o advento da nova ordem mundial e dessa forma a conseqüente a crise de identidade pela qual as Forças Armadas passaram, principalmente logo após a derrubada do muro de Berlim, quando o inimigo principal (os comunistas), não representavam mais tanto perigo. Percebemos que houve mudanças significativas na relação das Forças Armadas brasileiras com os Estados Unidos, assim como com a esquerda, ou seja, com o Partido Comunista do Brasil. Notamos que, as divergências com os Estados Unidos surgiram, principalmente, quando estes passaram a indicar novas *funções* as Forças Armadas não só brasileiras como de toda a América Latina. Esse foi também o principal fator para que a relação com a esquerda também mudasse e para que o PC do B passasse a apoiar as Forças Armadas, por acreditarem que elas se fazem, mais do que nunca, indispensáveis.

## Considerações finais

Nesse trabalho fizemos um breve estudo da história do PC do B e das Forças Armadas brasileiras. Percebemos, que historicamente seria difícil confirmar minha hipótese, afinal os dois atores dessa dissertação não foram, no passado, o que poderíamos chamar de aliados ou amigos e a história indicaria que nunca o seriam. No entanto, como vimos, hoje estão se aliando.

Dessa forma, creio ter evidenciado a aproximação entre setores de esquerda, principalmente o Partido Comunista do Brasil, e a corporação militar, no que se refere à defesa da soberania nacional, confirmando, assim, minha hipótese inicial. É claro que antigos pontos de desavença continuam, como a defesa da ordem interna, mas isso não poderia deixar de ser, afinal os principais pontos inerentes aos dois atores não foram alterados, alguns são de origem doutrinária o que torna inviável qualquer alteração.

Assim, nos parece que ainda existem algumas arestas entre as Forças Armadas e a esquerda brasileira que precisam ser aparadas, mas o que tudo indica isso não vai demorar muito para acontecer, mesmo que não forem de todas aparadas, pelo menos as relações serão mais fáceis. Afinal, como vimos recentemente, os militares até apoiaram o nome do deputado Aldo Rebelo para o Ministério da Defesa.

Enfim, com base nas evidências destacadas ao longo do presente trabalho, foi possível notar, portanto, a pressão dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos, principalmente os do G7<sup>22</sup>, em tornar as nossas Forças Armadas, assim como as de toda a América Latina, em simples milícias, ou seja, o rebaixamento à condição de polícias

---

<sup>22</sup> G7, como é conhecido o grupo dos sete países mais desenvolvidos, é composto por: Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

nacionais voltadas prioritariamente ao combate do narcotráfico. Percebemos, então, que existe a necessidade de fazer com que a Instituição militar se afaste do *front* interno e dessa idéia de milícias imposta pelos Estados Unidos, tal afastamento é defendido pelas Forças Armadas e pela esquerda, o que acabou mobilizando ambos os organismos. Dessa forma, concluímos que, agora ao invés dos subversivos comunistas, os novos inimigos das Forças Armadas hoje, são os Estados Unidos, ou seja, “a ameaça que vem do Norte”, conforme os próprios militares e os militantes do PC do B afirmam. Portanto, o antigo “aliado” dos militares parece mostrar a nova face.

Resta saber como irão se comportar ambos os atores desse trabalho com o novo governo no poder, um governo de esquerda do chamado Partido dos Trabalhadores (PT), lembrando que o PC do B vem se aliando a esse partido há várias eleições.

Assim, concluímos então que é preciso levar em consideração que existe a necessidade de Forças Armadas eficazes no Brasil, assim como o PC do B defende, principalmente para a manutenção de pontos clássicos como a questão da soberania nacional, e não pura e simplesmente como milícias, como desejam os estadunidenses, para satisfazer seus interesses de imperialistas.

Assim, meu objetivo, não foi o de esgotar o tema, mesmo porque, isso seria impossível, mas sim de mostrar as evidências dessa primeira aproximação entre atores tão diversos, cotejando textos referentes aos dois. Espero que esse objetivo tenha sido alcançado.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Luiz Fernando. *As Forças Armadas brasileiras pós- revolução de 31 de Março de 1964. A Defesa Nacional*, n ° 769, p. 81-98, 1995.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMAZONAS, João. Não há nação Soberana sem Estado Nacional, 1994.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities : Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Nova York: Verso, 1991.
- ANDERSON, Perry. *O fim da História: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- BECKER, Bertha. *Amazônia*. 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BICUDO, Hélio. *Segurança nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: Unesp, 1995a.
- \_\_\_\_\_, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco.. *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995b.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, Solivro, 1979.
- \_\_\_\_\_, Ministério do Exército – Estado–Maior do Exército. *Concepção estratégica do Exército (SIPLEX-4)*, p. 1-23, (s/data).
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979.
- \_\_\_\_\_, 1988 *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília:Gráfica do Senado
- \_\_\_\_\_, Estado-Maior das Forças Armadas. *O Brasil e suas Forças Armadas*, 1996.
- CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*.  
Goiânia: UFG, (s/d)
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares, confissões: Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Muad, 1998.
- CLAUSEWITZ, Carl von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FEROLLA, Sérgio Xavier. Bases para um projeto nacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v.27, p.9-21, agos. 1994.
- \_\_\_\_\_, Sérgio Xavier. Entrevista a Caros Amigos, p. 22-27, nov. 1998.
- FEGHALI, Jandira. Pronunciamento sobre os acontecimentos na Colômbia e as ameaças de uma intervenção militar norte-americana. Câmara dos Deputados, Brasília, 18 de agosto, 1999.
- FIGUEIREDO, Pedro de O. A importância institucional das Forças Armadas na vida brasileira. **Revista A Defesa Nacional**, nº 736, p.7-23. 1988.



- FLORES, Mario C. *Bases para uma política militar*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- HUSS, Dorival. A Construção das pequenas centrais hidrelétricas. **A Defesa Nacional**, nº768. 1995.
- KELLY, Phillip. Avanços recentes da Geopolítica do Brasil. **A Defesa Nacional**, nº 738, p. 7-143. 1989.
- LEIRNER, Piero Camargo. *Meia-Volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.
- LIMA, Haroldo e Arantes. *História da Ação Popular: da Juc ao PC do B*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.
- LUCENA, Zenildo *O Exército Brasileiro e a Amazônia*. In: PALESTRA – FORT LEAVENWORT. EUA, 1995.
- MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O debate sobre a função das Forças Armadas no Brasil pós- guerra fria. In: 2º. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, Universidade de São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_, João Roberto & Zirker, Daniel. The Brazilian Military and the New World Order. *Journal of Political and Military Sociology*, EUA, 1996, vol.24: 31-55.
- MEIRA MATTOS, Carlos. A Nova Ordem Mundial e a missão das Forças Armadas. **A Defesa Nacional**, nº 758, p.29-36. 1992.
- MONTEIRO, Tânia. Militares apóiam nome de Rebelo para Defesa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 dez. 2002.
- MOURA, Clóvis. *Diário da guerrilha do Araguaia*. 3ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1985.

- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- PC do B Manifesto em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho Brasileiros, (s/d).
- PC do B 1962 *Manifesto Programa*. In: A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L), p.11-24. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- PC do B 1964 *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*. In: A Linha Política Revolucionária Comunista do Brasil (ML), p.45-100. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- PC do B 1966 *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*. In: A Linha Política Revolucionária Comunista do Brasil (ML), p.101-174. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- PC do B 1969. *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. In: Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil, p.115-160. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- PC do B. *Informe Político ao 8º Congresso*. Brasília, 1992.
- PC do B. *Programa Socialista e Estatuto do PC do B*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.
- PC do B. *Teses – 10º Congresso*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- PC do B. *80 anos de luta: 1922-2002*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- PC do B. *Programa Socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- PASCHOALINO, Roselene Ap. *A Guerrilha do Araguaia: um estudo da doutrina e das Operações das Forças Guerrilheiras*. 2001. f. 38. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.
- PEREIRA, José Carlos. Atirador de Elite: seu emprego na “Guerra na Selva”. **A Defesa Nacional**, n ° 743, p.72-77. 1989.
- PODER. 2000. Revista Brasileira de Questões Estratégica, “Oposições buscam aliança contra FHC”, Brasília, I (4), janeiro fevereiro, pp.16-21.

- POLL, Luiz Carlos. Sinopse dos movimentos comunistas no continente americano. **A Defesa Nacional**, nº742, p.114-141. 1989.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- PROENÇA JUNIOR, Domício e DINIZ, Eugenio. *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Edições Humanidades – Brasília : Ed. UnB, 1998.
- REBELO, Aldo. *Intervenção à 8ª Conferência do PC do B*, 1995.
- \_\_\_\_\_, Aldo. A Amazônia, **Jornal do Cambuci & Aclimação**, 12 à 18 de novembro, 1999.
- \_\_\_\_\_, Aldo. *Forças Armadas e Soberania Nacional*. Brasília: Editora da Câmara, 1997.
- \_\_\_\_\_, Aldo. *Militar é diferente*. Brasília: Câmara dos Deputados, (s/d(a)).
- \_\_\_\_\_, Aldo. *Acerca da questão nacional na perspectiva do socialismo*. Brasília: Câmara dos Deputados, (s/d(b)).
- \_\_\_\_\_, Aldo. A defesa nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1999.
- \_\_\_\_\_, Aldo, FERNANDES, Luis, CARDIM, Carlos Henrique(Org.). *Política externa do Brasil para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão et alii (org.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- \_\_\_\_\_, *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- REVISTA Marítima Brasileira. “Soberania, Soberania Limitada, dever de Ingerência, Intervenção Humanitária”, Rio de Janeiro, v.117 nº 10/12, out/dez, 1997.

- RIDENTI, Marcelo S. *O Partido Comunista do Brasil diante da crise do socialismo: Permanências e mudanças*. In: World Fórum – X Congress of International. Federation of Latinamerican and Caribbean Studies (X FIEALC).
- SÁ, Glênio. *Araguaia: um relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.
- SADER, Emir. *O anjo Torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 1979.
- SORIANO NETO, Manuel. Hipóteses de guerra. **A Defesa Nacional**, n. 755, p.125-127. 1992.
- VEJA. (1982). “A guerrilha, contada por Curió”, 8 de dezembro.
- VESENTINI, José William. *A Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.
- VIANNA, Marly de Almeida. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Brasil e a Nova Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1991.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um Partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política externa do Regime Militar brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potencia média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1998.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990- 1998)*.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.